

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR – ENS
Curso de Licenciatura em geografia

GEOGRAFIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO - UMA ANÁLISE
ESPAÇO- TEMPORAL DOS CASOS DE FEMINICÍDIOS NA CIDADE
DE MANAUS 2016-2021

CARLOS EDUARDO HOSEIN GONÇALVES

MANAUS
2024

CARLOS EDUARDO HOSEIN GONÇALVES

**GEOGRAFIA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO - UMA ANÁLISE
ESPAÇO- TEMPORAL DOS CASOS DE FEMINICÍDIOS NA CIDADE
DE MANAUS 2016-2021**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para a
obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Ma.Francilene Sales da Conceição

**MANAUS
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

H825g Gonçalves, Carlos Eduardo Hosein
 Geografia e a violência de gênero - Uma análise
 espaço-temporal dos casos de feminicídios na cidade de
 Manaus 2016-2021 / Carlos Eduardo Hosein Gonçalves.
 Manaus : [s.n], 2024.
 67 f.: color.; 30 cm.

 TCC - Graduação em Geografia - Licenciatura -
 Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.
 Inclui bibliografia
 Orientador: Conceição, Francilene Sales da

 1. Geografia. 2. Gênero. 3. Espaço. 4. Feminicídio.
 5. Violência de mulheres em Manaus. I. Conceição,
 Francilene Sales da (Orient.). II. Universidade do Estado
 do Amazonas. III. Geografia e a violência de gênero -
 Uma análise espaço-temporal dos casos de feminicídios na
 cidade de Manaus 2016-2021

CARLOS EDUARDO HOSEIN GONÇALVES

Geografia e a violência de gênero – Uma análise espaço-temporal dos casos de feminicídios na cidade de Manaus 2016-2021.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), pela comissão formada pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Francilene Sales da Conceição
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Orientadora

1º Avaliador: Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa (Membro Interno).

2º Avaliador: Profa. Dra. Edinilza Ribeiro dos Santos (Membro Externo).

Manaus, 16 de fevereiro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de demonstrar minha profunda gratidão e fé a Deus, ele que me protegeu durante toda minha jornada de vida e que me proporcionou inúmeras oportunidades profissionais, desde viagens para realizar um sonho de criança em ser um atleta profissional, até oportunidades na trajetória científica, acadêmica e de trabalho. Mas principalmente agradecê-lo por fazer com que as pessoas que encontro e encontrei pelo caminho, fossem aquelas que me dariam forças, direcionamento e conselhos para a jornada que é a vida adulta e profissional, entre essas pessoas destaco minha família, minha namorada, meu melhor amigo, professores e orientadora e alguns amigos que poderei contar sempre que houver necessidade.

Meu pilar foi sempre estabelecido dentro da família, estendo minha gratidão a minha bisavó Zelia, a vovó Zélia, que formou uma família onde se semeia sempre a parceria, amor, sinceridade e fé; é graças a ela que hoje tenho uma família em que me orgulho de fazer parte, é graças a ela que veio ao mundo minha avó Erlins, que na verdade é minha Mãe e sempre será, e como frutos futuros vieram minhas outras duas mães; minha progenitora, mãe e amiga Sylvia, e minha tia, mãe, conselheira e madrinha Kristine. Essas três mulheres que sempre estiveram dispostas a sacrifícios para que hoje fosse possível que eu estivesse aqui concluindo a graduação, para que hoje eu me tornasse um homem de caráter ímpar e que respeita os costumes familiares e que sempre estará ao lado delas buscando proporcionar uma vida melhor e com lazeres futuros como gratidão a tudo que me proporcionaram.

Agradeço também a minha companheira Tammy Karoliny que sempre esteve ao meu lado nos momentos em que estive nervoso, abatido e desesperado pensando em desistir da graduação e buscar novas oportunidades em outras áreas, ela que sempre está ao meu lado sorrindo e fazendo piadas das coisas da vida e que assim como minha família, acredita em meu potencial e motiva a cada dia que eu busque melhorias e continue a focar e estudar.

Ao meu melhor amigo Luan, que sempre me mostrou através de suas atitudes na vida o que é ser um homem, o que é buscar ajudar a família mesmo quando se erra, o que é ser pai, papel este que me orgulho de vê-lo exercer, mas principalmente agradecer a ele por nunca deixar de ser meu amigo, sempre manter o contato e sempre servir como um exemplo de pessoa que devo me espelhar,

sendo alguém batalhador e que busca sempre melhorias na vida aproveitando as oportunidades e os prazeres mais simples que a vida proporciona, como um futebol na rua, uma pizza entre amigos ou jogar conversa fora e fazer piadas.

Durante a jornada acadêmica convivemos e compartilhamos muitas experiências de alegria, raiva, insegurança, insatisfação e muitos outros nuances causados por trabalhos, aulas e prazos do curso de licenciatura. Mas, este processo pode ser mais leve, prazeroso e tranquilo se compartilhado ao lado de pessoas que nos ajudam, como é o caso de Daniel Brandão, Kevely Silva, Carlos Vollrath e Vítor Cramer; estes que foram amigos e parceiros durante a jornada acadêmica, compartilhando destes momentos dentro e fora da universidade, agradeço a todos por terem em muitas vezes vivenciado juntamente comigo bons momentos e que muito provavelmente poderemos manter esta relação de parceria e amizade também após formados e graduados.

Expresso minha gratidão também ao Prof. Dr. Isaque Sousa, pois o tema trabalho neste TCC só foi possível devido a bolsa de iniciação científica da Fiocruz, a qual o próprio me indicou para entrevista que posteriormente fui aprovado e inserido no projeto do LEGEPI. Agradeço ao Dr. Jesem Orellana que foi o responsável pela elaboração do projeto dos feminicídios na unidade da Fiocruz-Am, e pelas orientações e conselhos que ele me ofereceu enquanto bolsista do projeto.

Por fim, a minha orientadora Profa. Ma. Francilene Sales, expresso imenso agradecimento pela paciência nos diversos modelos de trabalho que enviei errado, pelos conselhos e “voadoras” (puxões de orelha), por sua orientação, e acima de tudo, por confiar no estudo realizado e se debruçar assim como eu, na leitura deste trabalho para as devidas correções e no envio de todo o material possível para o arcabouço teórico acerca de um tema pouco explorado dentro da ciência geográfica.

Espero com este trabalho, poder contribuir de modo acadêmico e científico tanto para a literatura tocante ao tema trabalhado, como para futuros estudos e aplicações na realidade dos feminicídios ocorridos na cidade de Manaus.

“Há aqueles que se extraviam do caminho da masculinidade.

Há aqueles que se extraviam do caminho da feminilidade.

Mas não se deve extraviar do caminho da humanidade. ”(ODA, Eichiro. One Piece, 2002).

RESUMO

Este estudo aborda a violência de gênero na cidade de Manaus, em especial os feminicídios, a partir de um estudo prévio realizado enquanto bolsista da Fiocruz-Amazônia. No contexto geográfico, a abordagem teórico-metodológica sobre feminicídio se apresenta como um campo complexo e desafiador, evidenciando a compreensão das desigualdades espaciais, as relações de poder entre gênero e os aspectos presentes na caracterização das agressões e óbitos. Esta pesquisa é realizada a partir do método dialético, visando entender as interações e complexidades que rodeiam este fenômeno de óbitos femininos por agressão na capital amazonense. Para a análise destes óbitos, foram realizadas abordagens de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, a partir da obtenção e análise de dados numéricos e estatísticos que visam explicar a espacialização deste fenômeno nas zonas administrativas de Manaus entre os anos de 2016 a 2021. Para tanto, utilizou-se os softwares QGIS e R Studio, onde cada software foi utilizado para fins específicos dentro de sua área de estudo. Com auxílio do software geográfico QGIS os dados de bairros e zonas, além do número de óbitos, foram zipados dentro do programa e assim tornando possível especializar os dados obtidos dentro do mapa da malha urbana de Manaus. Já o R Studio, um software de caráter estatístico, os dados anexados foram transformados em gráficos de série histórica e gráficos de evolução temporal, onde as mesmas representaram que as zonas Norte e Leste registram os maiores números de óbitos femininos por agressão na capital, e que tais dados podem estar ligados a violência urbana presentes nos bairros destas duas áreas, como a ausência de infraestrutura adequada, fatores socioeconômicos como renda mensal baixa, falta de policiamento, a própria violência urbana presente através do narcotráfico, as taxas de desemprego que desencadeiam na dependência financeira destas mulheres com seus parceiros e assim gerando total vulnerabilidade destas; todos estes compostos interligados, corroboram num ambiente em que a mulher acaba estando mais exposta ao agressor e a sofrer tais agressões de maneira deliberada e sem interrupção familiar ou da vizinhança, ocasionando assim os números agravantes deste grave problema de violência de gênero. Com estes dados, é possível não só contribuir cientificamente, mas também contribuir para que as políticas públicas voltadas para este problema possam se apropriar dos dados e buscar melhorias na segurança das mulheres.

Palavras-chave: Geografia. Gênero. Espaço. Femicídio. Violência de mulheres em Manaus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de vítimas totais de homicídios (femicídios e não femicídios) do gênero feminino entre 2016-2021.....	49
Figura 2 - Mapa de distribuição de vítimas de femicídio nas zonas administrativas de Manaus-AM entre 2016-2021.....	51
Figura 3 - Mapa de distribuição de óbitos femininos classificados como não femicídios nas zonas administrativas de Manaus-AM entre 2016-2021.....	53
Figura 4 - Série histórica de óbitos femininos por trimestres 2016-2021.....	55
Figura 5 - Gráficos de análise anual por trimestres 2016-2021.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Teste de variáveis e resultados obtidos.....	43
Tabela 2 - Distribuição de femicídios nos bairros de Manaus-AM por zona administrativa	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: UMA ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA SOBRE GEOGRAFIA E GÊNERO	
1.1 Geografia e gênero, e movimentos feministas.....	15
1.2 Espaço, corpo e gênero	22
1.3 Gênero e feminicídio.....	25
CAPÍTULO 2: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA GEOGRÁFICA SOBRE GEOGRAFIA E GÊNERO	
2.1 Método para pensar Geografia e Gênero.....	33
2.2 Tipos de pesquisa sobre a Geografia da Violência de Gênero.....	35
2.3 Procedimentos metodológicos da espacialização dos casos de feminicídio.....	38
CAPÍTULO 3: GEOGRAFIA DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E A ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO EM MANAUS-AM, AMAZÔNIA OCIDENTAL	
3.1 A geografia da violência sobre corpos femininos: os casos de feminicídio.....	42
3.2 Espacialização das vítimas de feminicídio e não feminicídio por zonas em Manaus/AM.....	47
3.3 Óbitos femininos e os casos de agressão de mulheres na cidade de Manaus/AM.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

A geografia mostra-se em constante evolução e abrangendo novos campos de estudo, transfigurando de uma disciplina tradicionalmente caracterizada pelo mapeamento das características físicas da Terra e sociedade, e tornando-a uma disciplina multifacetada onde se busca aprofundar o conhecimento acerca da complexidade entre as relações e problemáticas do espaço e da sociedade. No contexto evolutivo, a análise da geografia se aplica ao estudo de gênero e em especial relacionado ao fenômeno de óbitos femininos por agressão, feminicídio, assim a partir das relações, análises e aplicações geográficas emerge um campo vital para desvendar as interações intrincadas entre o ambiente geográfico, o espaço, as estruturas sociais e a violência de gênero.

A violência de gênero vitimiza sobretudo mulheres, onde o extremodeste tipo de violência interpessoal é o óbito, este assassinato caracterizado pela condição de gênero é definido como feminicídio. Ademais, o feminicídio representa uma das manifestações mais brutais e extremas entre homens e mulheres, destacando-se como uma das expressões mais cruéis da violência de gênero. No Brasil, a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, caracteriza oFeminicídio como o assassinato de uma mulher resultante de violênciadoméstica, e menosprezo ou discriminação a condição de mulher davítima. Compreender este fenômeno de violência de gênero sob uma perspectiva geográfica revela seu dinamismo no espaço, e potencialmente evidencia as causas e fatores que contribuem negativamente para que as mulheres estejam em situação de vulnerabilidade a essa forma específica de violência. No contexto geográfico, a abordagem teórico-metodológica do feminicídio floresce como um campo complexo e desafiador, evidenciando as exigências de compreender as desigualdades espaciais, as relações de poder entre gênero e os aspectos presentes na caracterização das agressões e óbitos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) 35% das mulheres no mundo sofrem com alguma violência sexual ou física durante asua vida, e isto afeta negativamente a sua saúde física, mental, sexual e reprodutiva. E, devido a existência de tais violências e por conta de inúmeras injustiças que as mulheres enfrentaram durante longos anos, foram criadas leis que favorecem os direitos da mulher, o direito de viver, o direito de estar segura e sentir-se segura, leis que foram

criadas para garantir o bem-estar feminino dentro de uma sociedade sexista e patriarcal em que há muito favorecimento apenas ao gênero masculino.

No cenário jurídico brasileiro, a criação das leis Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e do Femicídio (Lei nº 13.104/2015) representam a evolução no enfrentamento a violência de gênero em território nacional, e surgem como respostas concretas do Estado brasileiro ao combate contra a impunidade diante da violência contra as mulheres e na proteção aos direitos femininos. A Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, trouxe mudanças no que diz respeito a abordagem da violência familiar e doméstica contra a mulher, a legislação brasileira consolidou mecanismos de prevenção e punição para esses crimes. Assim, a criação de medidas protetivas, a criminalização de práticas abusivas e a importância do enfrentamento judicial e policial, tornaram-se características fundamentais dessa legislação.

A Lei do Femicídio, promulgada no ano de 2015, veio para complementar e introduzir a tipificação do feminicídio como crime hediondo, tornando-o uma qualificadora nesses casos. A lei reconhece que o feminicídio não é um homicídio comum, mas que é um assassinato motivado pela condição de gênero da vítima enquanto mulher, enquadrando-se como uma resposta direta à necessidade de se combater a violência que, muitas vezes, resulta do machismo arraigado em nossa sociedade.

O estudo do feminicídio através da lente da geografia é crucial para lançar luz sobre as complexas interações entre espaço, corpo, gênero e violência, corroborando na compreensão mais profunda dos fatores socioespaciais que contribuem para essa manifestação extrema da violência de gênero. A geografia oferece ferramentas teóricas e metodológicas que transcendem a análise meramente estatística, proporcionando uma compreensão holística das dinâmicas espaciais que permeiam o feminicídio. A abordagem geográfica permite identificar padrões de distribuição do feminicídio em diferentes escalas, revelando a influência de fatores geográficos como urbanização, acesso a serviços e mobilidade, diante da vulnerabilidade das mulheres a essa forma de violência. Ao compreender a dimensão espacial do feminicídio, é possível personalizar estratégias de prevenção e intervenção, considerando as características específicas de cada contexto.

Este trabalho baseou-se no estudo observacional dos casos de agressões em mulheres na cidade de Manaus-AM no período de 2016-2021, realizado anteriormente dentro do Programa de Iniciação Científica (PIC) da Fiocruz Amazônia pelo laboratório LEGEPI em 2022, e então aproveitado e reutilizado para maior aprofundamento das análises a partir dos dados e resultados que foram obtidos enquanto bolsista do laboratório.

De acordo com os estudos de Orellana (2020), os dados disponibilizados dos casos de óbitos femininos por agressão no Brasil, são insuficientes e em muitos dos registros pode se dizer que são inconclusivos pela ausência de dados concretos relativos à regressão ou elevação do número de óbitos por feminicídio, e a ausência destes dados ocasiona uma lacuna ou divergência no que é publicado pelos anuários de segurança pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, causando assim uma desatenção tanto da população de modo geral, como também do poder público estadual e suas autoridades, a respeito deste problema social e de saúde pública que é o feminicídio. Por conta de tal desconhecimento e a inviabilização no reconhecimento da maioria dos registros de casos, torna-se inviável a identificação de áreas ou zonas com maior potencial para possíveis ocorrências de feminicídios ou agressões contra mulheres.

Esta pesquisa objetiva de maneira geral analisar a geografia e gênero da espacialização dos casos de feminicídios no período correspondente de 2016-2021, na cidade de Manaus no estado do Amazonas, Amazônia Ocidental. Possibilitando assim, possui como objetivos específicos: analisar a geografia e gênero eo crime de feminicídio, a partir das taxas (ou índices) de violências de gênero e agressões contra mulheres; identificar as áreas de maiores reincidências das ocorrências de agressões e homicídios em corpos femininos;e analisar a evolução espaço-temporal (2016-2021) dos casos de violências de gênero e índices de mortes por agressões em mulheres na cidade de Manaus-AM.

O estudo será desenvolvido a partir das fundamentações do método dialético, buscando compreender as interações, complexidades e contradições que permeiam o fenômeno de mortes por agressão do gênero feminino, com estrutura analítica e dinâmica onde as transformações e elementos presentes no espaço geográfico serão analisados. A escolha da dialética é baseada na intenção de transcender

visões estatísticas, assim possibilitando analisar de maneira abrangente os nuances e padrões do fenômeno de feminicídio dentro da cidade de Manaus.

A pesquisa será realizada na temática de Geografia e Gênero na perspectiva analítica dos feminicídios, a partir da abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, caracterizada na coleta e análise de dados numéricos e estatísticos, explicando a espacialização dos óbitos femininos por agressão e contextualizando as complexidades e realidades que envolvem este fenômeno.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa envolvem as mortes por agressão do gênero feminino ocorridos no município de Manaus, durante o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2021 dentro das zonas administrativas da capital amazonense. Para obtenção dos dados de registros de óbitos femininos por agressão, foram utilizadas informações presentes em jornais locais e registros oficiais de mortalidade disponibilizados pela FVS-RCP (Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto), estes registros oficiais só se tornaram viáveis para utilização devido a participação no projeto do Laboratório LEGEPI da Fiocruz-AM.

Além da coleta de dados e registros, foram realizadas leituras bibliográficas a respeito do fenômeno de mortes femininas por agressão; geografia de gênero; corpo e espaço; além da pesquisa documental e estatística, houve também da utilização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) através do Google Earth para buscar identificar de modo remoto os possíveis pontos exatos de cada registro, apenas para fins de checagem e verificação da realidade em torno da localização do óbito.

Para obtenção de resultados como tabelas de variáveis, mapas e gráficos de distribuição temporal e trimestral, utilizou-se de ferramentas de dados estatísticos e softwares de SIG. A ferramenta de informações geográficas QGIS, permitiu o georreferenciamento e análise dos dados, configurando para a geração dos mapas de espacialização das zonas onde os feminicídios e não feminicídios ocorrem em maior ou menor número. Para a obtenção dos dados estatísticos e dos gráficos de série histórica e temporal, utilizou o software de desenvolvimento integrado e estatístico RSTUDIO, o qual é uma ferramenta configurada para leitura da linguagem estatística e programação gráfica.

Os resultados obtidos permitiram a discussão e análise dos dados georreferenciados, estes produtos gerados possibilitam realizar a leitura espacial do

fenômeno em estudo, contribuindo para a compreensão dos fatores externos e internos que os influenciam e identificando áreas com maior potencial de registros de agressões e óbitos femininos por razões de gênero. Com estes dados, é possível não só contribuir cientificamente, mas também contribuir para que as políticas públicas voltadas para este problema possam se apropriar dos dados e buscar melhorias na segurança das mulheres.

A organização deste trabalho está estruturada na divisão de 3 capítulos. O Capítulo 1 refere ao debate do referencial teórico-conceitual das obras, conceitos e fundamentos da geografia, gênero e feminicídio. No Capítulo 2 é explicado o método e processo dos procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa sobre a geografia e gênero e os casos de feminicídio em Manaus-AM, explicando como se fez a análise dos dados, como foi o processo de obtenção dos dados, detalhamento da área de estudo e descrição das ferramentas e demais processos aqui presentes.

No Capítulo 3 estão presentes as discussões, resultados e análises realizadas sobre o tema a partir dos mapas, gráficos e tabelas obtidos, acerca das violências de gênero e a espacialização dos casos de feminicídio em Manaus-AM, Amazônia Ocidental, na perspectiva geográfica.

CAPÍTULO 1: UMA ABORDAGEM TEÓRICA-METODOLÓGICA SOBRE GEOGRAFIA E GÊNERO

Este capítulo objetiva fornecer subsídios teórico-metodológicos que tornassem possível conceituar e dialogar sobre a Geografia de Gênero, e contextualizar historicamente os Movimentos Feministas no Brasil. Para tanto, é necessário compreender e conectar os processos que levam o estudo geográfico para dentro dos parâmetros sociais de gênero e suas lutas e conquistas. Cabe ressaltar também, que esta divisão visa não só a compreensão, mas também realizar a conexão dos processos que levam a geografizar o fenômeno chamado de Femicídio, o qual é o título principal deste trabalho e será abordado a partir da visão geográfica dentro da malha de zoneamento urbano do município de Manaus, localizado no estado do Amazonas.

1.1 Geografia e gênero, e movimentos feministas.

Discussões a respeito de geografia e gênero são recentes na literatura científica brasileira, de acordo com Batista; Fontana; Proença (2017), grande parte dos manuscritos e artigos que trabalham esta temática estão presentes nas escritas geográficas feministas, as quais desenvolvem principalmente as questões de diferenças e desigualdades entre as relações sociais e trabalhistas. Ou seja, autoras e autores que desenvolvem seus trabalhos diante da temática feminina ou de gênero dentro da geografia, buscam evidenciar questões como desigualdade e segregação de direitos, não somente em relação as mulheres, mas utilizando-se principalmente dessas vivências e experiências femininas na sociedade em decorrência de todos os processos e lutas vivenciados por elas em busca de reconhecimento e validação de seus direitos.

Silva (2014), menciona três eixos para abordar gênero dentro dos estudos geográficos: - o primeiro está voltado para os estudos das experiências espaciais das mulheres e fundamentado na diferença sexual entre os corpos masculino e feminino; - o segundo entende o gênero como uma construção social, o qual se relaciona com os papéis sociais atribuídos as mulheres e os homens; - o terceiro parte da concepção de que o gênero nada mais é do que uma representação performativa que naturaliza o masculino e o feminino.

A geografia de gênero não estuda exclusivamente um único gênero, se assim fosse, pareceria que somente se estudaria uma parcela específica da população,

para Veleda (2015) o gênero é uma categoria de análise geográfica que nas teorias feministas encontra um ponto de apoio dentro das leituras geográficas e de preposições de mudanças diante da realidade espacial. Ela também ressalta que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporaras diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais de gênero.

Geógrafos, por exemplo, são muito mais preocupados em estudar as dimensões espaciais das classes sociais que as dos papéis sociais, como é o caso dos papéis de gênero. No entanto, para muitos indivíduos e grupos, especialmente as mulheres, é provável que os papéis sociais tenham um impacto maior sobre o comportamento espacial do que a classe social. (HANSON, 1981, p. 165-183)

Segundo Federici (2017) o papel social nada mais é que a função de cada sujeita na sociedade, seja ele um único indivíduo ou um grupo social, e as mulheres já exerceram distintos papéis sociais ao longo de sua existência; ou seja, podemos dividir estes papéis em dois momentos: nas sociedades mais primitivas e com menos direitos adquiridos a mulher nada mais era do que uma dona de casa e um meio de reprodução desenfreado, assim, o corpo feminino tinha uma baixa expectativa de vida, tinham-se muitos filhos, não se tinham muitas relações sociais devido a dedicação completa nos afazeres de casa; do contrário, na sociedade atual a mulher exerce o papel de protagonista, assumindo postos de trabalho e cargos de alta escala em empresas, maior liberdade sexual e reprodutiva e direitos políticos adquiridos.

Neste caminho, Scott (2019) discute a inserção de gênero e seu conceito na ciência geográfica:

Um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Assim, ter esse entendimento é também compreender que os lugares também são/estão atravessados por relações de gênero. (SCOTT, 2019, p.67).

Assim de acordo com Scott (2019), as relações e interações sociais não dependem exclusivamente de uma classe social, elas estão situadas em qualquer lugar e não se fixam em único local, isso faz com que várias experiências se misturem e adquiram novas características e percepções. Porém, essas relações também estão presentes em ambientes de hierarquia, como é o caso de uma empresa ou qualquer ambiente/relação trabalhista em que há uma divisão onde

alguém é designado para um cargo superior, assim fazendo com que tais relações possuam uma ligação por meio de “poder”.

Nesse sentido, Louro (2015) enfatiza a relevância de leituras geográficas que articulem gênero e classe, são as diferenças econômicas encontradas no espaço que moldam diferentes tipos de mulheres. Ela ainda ressalta que ignorar esta categoria implica uma compreensão parcial do grupo de mulheres, e exemplifica que as experiências espaciais de mobilidade urbana não são as mesmas entre mulheres de alta classe social e da classe média ou baixa. Ambas são subjugadas por uma cultura sexista por serem mulheres, enquanto as mulheres da classe alta andam de carro apesar de serem inferiorizadas como motoristas, as mulheres da classe trabalhadora enfrentam calor e insalubridade de um ônibus lotado e ainda têm de se defender do assédio corporal. Sobretudo, ambas são excluídas, mas suas situações são diferentes.

O mesmo contexto vale para as mulheres negras não apenas no preconceito direto, mas também na forma como ocupam espaços como apartamentos e centros comerciais. No mercado de trabalho, as mulheres negras tendem a ocupar cargos domésticos, enquanto as mulheres brancas ocupam cargos de maior visibilidade ao público. Contudo, situações de opressão, discriminação e violência são vivenciadas pelas mulheres porque ocorrem em uma sociedade patriarcal que favorece os homens, especialmente os homens mais velhos, brancos e ricos.

Uma das primeiras lições que tivemos foi a de que a pobreza das cidades não é homogênea e que a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade. As reuniões nas periferias repletas de mulheres, muitas delas negras, traziam problemas de falta de creches, escolas, da segurança de si e de seus filhos que implicavam uma interseção entre classe e a condição feminina e racial. Seus discursos pelo direito à cidade estavam relacionados às hierarquias de gênero, raça e sexualidades. (SILVA, 2016, p.15).

Deste ponto de vista, vê-se que independe da classe social e da posição que a mulher ocupa, ela sempre acaba por ser julgada e em sua maioria ridicularizada apenas pelo fato de ser mulher, nos diferentes contextos a mulher mesmo que esteja no topo da hierarquia ela sofre com a discriminação e opressão, fato que ocorre muito pela “cultura” de que o homem é o gênero superior perante a mulher, e que a mulher deve obediência pelo fato de ser o “sexo mais fraco”.

No caso das mulheres, suas características físicas e biológicas, serviram de fatores para sua inferiorização, mantendo-a subjugada e, dessa forma, mais

disponível à exploração. De naturais, as diferenças entre os sexos passaram a ser culturais, e por isso a categoria de gênero é útil para compreender essa construção social, sobre o que é entendido como feminino ou masculino, e desnaturalizar a opressão feminina, ao revelar as bases materiais e simbólicas das desigualdades entre homens e mulheres. (LOURO, 2015, p.14)

É possível perceber que os significados de sexo e gênero em muitas situações acabam por se confundir, mas assim como nos estudos sociais recentes, para a geografia e gênero há diferença no que é sexo e o que é gênero. O sexo está ligado aos fatores biológicos/sexuais onde a mulher tem o seu papel como “reprodutora” que carrega a criança em seu ventre e como “cuidadora” da prole durante uma parte da vida, e o homem o papel de fecundar o óvulo da parceira, vale salientar que está é uma construção naturalizada pelos pensamentos patriarcais; enquanto o gênero é construído de acordo com as experiências e relações ocorridas na vida de cada indivíduo.

Para Butler (2004) gênero não é exatamente o que “é” nem é precisamente o que se “tem”, gênero é o aparelho por qual a produção e normalização do masculino e feminino ocorrem junto com as formas intersticiais de hormônios, cromossômicos, psíquico e performativo que o gênero assume.

Entende-se a partir da visão de Butler (2004), que o gênero é um papel performativo e psíquico onde a sujeita ou o sujeito sente-se bem em estar inserido e presente, de tal modo que aquilo que é pré-estabelecido de forma cromossômica não interfere nas relações e modo de vida que se levará, o aparelho de normalização do que é masculino e feminino ocorre de acordo com a experiência e vivência, não sendo exatamente o que “é” e o que se “tem”.

Ainda sobre a conceituação de gênero, para Veleza (1998), o conceito de gênero faz referência a todas as diferenças entre homens e mulheres que foram construídas social e culturalmente e que condicionam relações de subordinação/dominação. Destarte, significa dizer que a conceituação de gênero se dá de forma relacional a partir das relações experienciadas por cada indivíduo na sociedade, o que para Lavinias (1997) diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais ou exclusão. Isto é, significa que todo o indivíduo é sexuado e que é nessa condição irreduzível que virá a situar-se no mundo, ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses.

Interligando as questões relacionadas a sexo e gênero, entende-se que as mulheres moldam o seu caráter e identidade a partir de diversos fatores interconectados pelas formas de opressão e discriminações sofridas, neste contexto entra em destaque o campo da interseccionalidade. A interseccionalidade se apresenta na geografia para explorar as relações espaciais e sociais, buscando entender como gênero, raça, classe social e orientação sexual são afetados/influenciados pelas diferentes formas de opressão e discriminação.

Um espaço relacional implica em conhecer as relações entre pessoas marcadas por diferenciações sociais que constituem suas identidades permanentemente confrontadas socialmente, cuja espacialidade é um dos elementos dessa construção. O gênero, a classe, a raça, a sexualidade, a idade, a religião e assim por diante são elementos de diferenciação entre pessoas e grupos, e isto marca sua existência. Embora cada um desses marcadores sociais tenha sido fragmentado nas análises científicas, há argumentos no sentido de que o ser humano vivencia simultaneamente vários desses elementos, de modo que eles devem ser compreendidos de forma “interseccionada”. (SILVA, 2013, p. 248).

De acordo com o afirmado por Silva(2013), o espaço relacional está caracterizado no conhecimento das relações, de modo que as diferenças sociais e a espacialidade moldam a identidade de cada integrante a partir dessas relações. Assim, gênero, raça, cor, classe social e diversos outros fatores, ocupam a mesma esfera simultaneamente e assim podendo ser compreendidos de forma interseccionada, ou seja, entendendo de que modo as relações se interligam, se encontram, que se sobrepõem de certa forma.

Lorde (1984) argumenta sobre a interseccionalidade a partir da experiência feminina, em especial da mulher negra, e as relações de discriminação e opressão sofridas no meio social e trabalhista:

Mas a nossa sobrevivência futura depende da nossa capacidade de nos relacionarmos dentro da igualdade. Como mulheres, devemos erradicar padrões internalizados de opressão dentro de nós mesmos se quisermos ir além os aspectos mais superficiais da mudança social. Agora devemos reconhecer diferenças entre mulheres que são nossos iguais, nem inferiores nem superiores, e conceber formas de usar as diferenças uns dos outros para enriquecer as nossas visões e as nossas lutas conjuntas. (LORDE, 1984, p.122, traduzido por Carlos Hosein).

A interseccionalidade deve ser compreendida não somente como uma busca de entendimento das estruturas da sociedade adicionando gênero e raça, é importante analisar como ambas as categorias se relacionam e se reforçam no meio social; é dialogar sobre a igualdade não somente de homens brancos e mulheres

brancas, mas a igualdade como um todo, a igualdade entre mulheres negras e homens negros, homossexuais, transgêneros etc. Ou seja, é essencial que se procurem maneiras de quebrar estes paradigmas e estruturas que validam e continuam a reproduzir tais marginalizações.

A insatisfação das mulheres com padrões internalizados de opressão e discriminação, desencadearam o surgimento de práticas feministas que por sua vez, buscavam e buscam ainda hoje a garantia de direitos e reconhecimentos da mulher com igualdade na sociedade, e o principal encarregado por auxiliar e garantir muitas das vitórias das mulheres em suas lutas, são os movimentos feministas.

Os movimentos feministas surgiram com um objetivo principal de garantir a participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão, para Veleda (1998) os movimentos feministas surgem com o florescimento da cultura contestatória, o que favoreceu a mobilização social de diversos grupos oprimidos e discriminados.

Os movimentos feministas ressurgem com força no mundo ocidental desenvolvido nos anos sessenta e setenta, junto com o florescimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos. Mudanças socioeconômicas também favorecem a mobilização das mulheres, tais como a progressiva entrada de mulheres no mercado de trabalho e um avanço dos níveis de educação feminina, aliadas a mudanças demográficas como a crescente diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida das mulheres, reduzindo a proporção de seu ciclo de vida dedicado aos cuidados com a prole. (VELEDA, 1998, p.106.)

Os movimentos feministas primordialmente surgem com a indignação pela falta de direito das mulheres, e assim abrangem outros ofícios dos quais as mulheres diariamente buscavam contestar as situações que eram impostas a elas. Isto possibilitou que o alcance favorável à mobilização social, alcançasse novos grupos que sofriam opressões e discriminações, o que aumentou a reivindicação feminina pelos seus direitos e favoreceu ainda mais o florescimento de uma cultura contestatória no mundo ocidental e na comunidade feminina. Ainda de acordo com Veleda (1998), estes movimentos (década de 60 e década de 70) ocorreram em períodos e intensidades diferentes tanto no mundo desenvolvido como nos países da América Latina. O fato é que se ampliaram e, de reivindicações mais pontuais, passaram a questionar a própria cultura ocidental, incluindo desde o relacionamento privado homem-mulher até a própria ciência considerada comprometida com a visão masculina do mundo.

A partir das reivindicações e mudanças ocorridas na Europa, nota-se que a mobilização de diversos outros grupos sociais que sofreram opressão e discriminação se proliferou para as outras áreas do globo, ganhando força também nas Américas. Como ressaltado por Veleda (1998), a reação contestatória da população ocidental desencadeou nas mulheres e grupos sociais de outras partes do globo, a necessidade de lutar pela reivindicação de seus direitos, principalmente nos sentidos de melhorias na qualidade de vida feminina, visto que a mulher era objetificada apenas como uma reprodutora e cuidadora da casa e da prole; e na participação ativa e presença das mulheres nas ações políticas e tomadas de decisão.

No Brasil as manifestações feministas surgiram inicialmente durante a ditadura militar (1964-1985), e já nos anos de 1970 surgiu o Movimento de Mulheres no Brasil influenciado pelos debates globais sobre feminismo e buscando não somente igualdade nos direitos políticos, mas também nas diversas esferas da sociedade; deste modo, a aspiração de libertar-se foi ganhando força. Para Saffioti (1969), os movimentos feministas surgidos no Brasil foram resultado de ideias das quais não se tinha direcionamento e impacto na sociedade brasileira, porém, ainda sim inoculou nas mulheres brasileiras a aspiração de libertar-se e emancipar-se através do trabalho.

Os movimentos feministas estão interligados de maneiras complexas e ramificadas, abrangendo uma ampla gama de questões relacionadas à autonomia reprodutiva, padrões de beleza, violência de gênero, sexualidade e muito mais. Esta luta que busca também a igualdade de gênero, muitas das vezes envolve ter a disposição para desafiar normas e expectativas prejudiciais em relação aos corpos femininos, a diversidade e a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos.

Destacam-se nas agendas feministas novas questões, como as mobilizações contra a demarcação rígida de papéis de gênero, que sobrecarregava as mulheres com a dupla jornada e os cuidados exclusivos com os filhos. As 'políticas do corpo' assumiram caráter significativo, manifestando-se as reivindicações em favor dos direitos de reprodução, buscando-se a plena assunção de seu corpo e de sua sexualidade (aborto, prazer, contracepção) e contra a violência sexual, não mais admitindo que essa fosse uma questão restrita ao privado, cabendo a sua extensão ao público. (SOIHET, 2013, p.124).

Porém, se buscarmos nas raízes da história brasileira as mulheres sempre buscaram estar presentes e lutar da maneira que lhes era cabível dentro de cada

contexto, e tais atos estão ramificados aos movimentos que hoje em dia caracterizam-se como movimentos feministas. Garcia (2015) comenta que na conjuração mineira muitas personalidades femininas estavam presentes, dentre elas Hipólita Jacinta Teixeira de Mello a escritora da carta de denúncia a Joaquim Silvério; Nísia Floresta Augusta que no século XIX defendeu publicamente a emancipação feminina; e dentre alguns outros marcos históricos onde personalidades femininas reconhecidas estiveram presentes.

1.2 Espaço, Corpo e gênero

O espaço é o principal objeto de estudo da geografia, é dentro dele que estão inseridas as relações sociais, a dinâmica das metrópoles, as constantes mudanças e a equidade entre gêneros. De acordo com Silva (2008), no sentido corpo, sexo e gênero, “o espaço é também compreendido aqui como imbricado nas performances vivenciadas cotidianamente”.

O espaço, nesse sentido, compõe o gênero performático, mas ele também compõe os atos subjetivados que se diferenciam do ideal de gênero, jamais realizável em sua concretude. Esta concepção, que desconstrói o caráter essencialista dos gêneros e, sobretudo, dos ideais de masculinidade e/ou feminilidade forjados na visão dicotômica, bipolar e heterossexual da compreensão das pessoas, possibilitou a inclusão de seres que não se enquadram perfeitamente nesta ordem e o exercício de múltiplas formas de masculinidades e feminilidades. Na vida cotidiana concreta, as performances de gênero são exercidas muitas vezes por corpos dissonantes do modelo hegemônico preconizado. O argumento desta perspectiva é que o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois, enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas, e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução. (SILVA, 2008, p.99)

A partir do embasamento nas obras de Monk (1982); Hanson(1982);Lauretis(1987); Butler(1990; 1993); Rose(1997); Knopp(2007) e outras autoras e autores que trabalham as geografias feministas e de gênero, Silva (2008) define o espaço como componente do gênero, tendo em vista que o gênero é constantemente construído dentro do espaço, a partir das relações vivenciadas, tornando o espaço componente fundamental no processo de construção ou desconstrução de gênero.

Para Calderon(2014), o espaço e todas as relações sociais ocorridas nele, são reconhecidos como os principais objetos de análise da Geografia, neste contexto, o espaço se transforma ou é produzido de acordo com as relações sociais que nele ocorrem diariamente, com particularidade nas relações de gênero que

constantemente buscam ser analisadas pela geografia. Espaço e gênero assim se interligam, um depende do outro para que as relações sociais ocorram, um exemplo disto seriam as praças públicas (espaço) onde diversas personalidades com gêneros distintos ou iguais se encontram e interagem de modo que se criam vínculos, e cada local acaba por ganhar características específicas do público que ali frequenta.

De acordo com o conceito de Lefebvre(1974) sobre espaço, ele dizia que: - antes de produzir efeitos no âmbito material (utensílios e objetos), antes de produzir-se (alimentando-se dessa materialidade) e de reproduzir-se (pela geração de um outro corpo), cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço”.

Em acordo com o que cita Lefebvre (1974) na sua obra “A produção do espaço”, entende-se que o seu espaço começa em seu corpo, pois o seu corpo é um espaço intimamente seu e é nele primeiramente onde se faz suas primeiras transformações, logo o seu espaço (corpo) produz espaço (espacialidade), e é neste espaço gerado onde se encontram as características moldadas, as relações obtidas e os efeitos produzidos. Ainda em concordância com o trecho citado, vê-se que o espaço e corpo para ciência geográfica são visualizados a partir das experiências adquiridas, ou seja, as experiências vividas por cada indivíduo são experimentadas através do corpo, possuindo assim a dimensão espacial de como e onde seus corpos socializam através do gênero.

(...) todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e se as pessoas experimentam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente através do gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experimentam a vida e, em consequência, o espaço, é certamente profundamente geográfico. (SILVA, 2014, p. 98).

Deste modo, vê-se que os gêneros feminino e masculino ao serem introduzidos dentro do espaço, tornam-se uma nova categoria da análise geográfica, como ressalta Zelinsky (1982), na medida em que os papéis de gênero definem de maneira significativa as vidas de mulheres e homens, será frutífero incluir o gênero como variável potencialmente importante em muitos contextos de pesquisa. Observa-se que a construção de interações é um produto das inter-relações existentes dentro de uma esfera onde as trajetórias distintas de cada ser humano coexistem e se interligam, fazendo com que haja multiplicidade entre os gêneros e espaço.

Sendo assim, pensar as relações entre a Geografia e corpo significa conceber que o espaço geográfico é constituído por uma materialidade animada, misturada e marcada nos corpos e, ao mesmo tempo, que esses corpos se aportam no espaço e no tempo, atravessados pelas intensidades com as quais experimentam o mundo. Desta forma, é possível falar em “corpo-espaço” (o corpo no espaço), “espaço-corpo” (o espaço como parte do corpo) e no “corpo como espaço”. (FERNANDEZ, 2015, p. 95-108.)

Nesta perspectiva de que o corpo é apresentado como um lugar, McDowell (1999) disserta que: - O corpo é um espaço em que o indivíduo se localiza, e seus limites são mais ou menos permeáveis em relação aos outros corpos. A forma física, o volume e o tamanho do corpo resultam na ocupação de um espaço físico, e o modo como o corpo se apresenta frente aos outros é lido e percebido pelos demais e varia conforme o local que ocupa em cada momento.

Neste sentido, McDowell (1999) utiliza o termo da “corporalidade” para expressar um estado corpóreo aberto a transformações e adaptações. A corporalidade representa o sentido da fluidez, onde se capta os sentidos das relações de anatomia (sexual e biológico) e identidade social (gênero). No espaço urbano em sua dinâmica diária e social, os aspectos físicos corporais não representam exatamente o gênero estabelecido socialmente, ser mulher ou homem é uma representação social e não um fato totalmente natural.

O espaço urbano é perpassado por movimentos efêmeros que caracterizam seu vai e vem diário, sua dinâmica humana na qual corpo e espaço configuram a existência do mesmo. É através do corpo que a percepção do mundo acontece, sendo ele o “vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída. (BRETON, 1953, p.7)

A visão de Breton (1953) a respeito da relação do espaço urbano com o corpo, sugere uma compreensão aprofundada da interação entre o espaço urbano, a experiência de cada sujeita (o) e a percepção do mundo. Neste sentido, inclui-se as atividades diárias como deslocamento, interações sociais e a dinamicidade das interações moldadas pelas pessoas, assim proporcionando compreender o espaço através das experiências e percepções subjetivas.

Levando em consideração que o corpo é objeto atuante na relação com o espaço, Jacques (2008, p.2) afirma que “são as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços em seu cotidiano.”

A partir do referenciado acima, o corpo é um lugar de controle moral e legitimação de poder sobre os corpos femininos, podendo ser denominado como espaço corpóreo. Para Smith (1992):

O local físico primário da identidade pessoal, a escala do corpo, é socialmente construída. O lugar do corpo marca a fronteira entre o Eue o Outro num sentido tanto físico, como social e envolve a construção de um 'espaço pessoal' para além de um espaço definido literalmente fisiológico. (...) Como o lugar de prazer e dor, ele também tem necessidades, desejos e medos, e é o órgão biológico em torno do qual as definições sociais de doença e saúde são construídas. O cuidado com o corpo, o acesso físico 'ao' e 'pelo' corpo, e o 'controle' sobre o corpo são as vias centrais da contestação da escala corporal. (SMITH, 1992, p. 67)

Neste tópico se fez necessário discutir e aprofundar sobre as relações que envolvem Corpo e Espaço dentro da ciência geográfica na análise de gênero, dessa forma se entende como o espaço é influenciado pelo corpo, seja através das relações que o rodeiam ou pela percepção subjetiva que cada indivíduo possui dentro das suas interações sociais e pessoais. Ademais, não houve a necessidade de adentrar na conceituação de gênero novamente, mas apenas relacionar as categorias de análise corpo e espaço, conceituado e associando a perspectiva de gênero, levando em conta que o Corpo é o objeto atuante dentro da espacialidade, que ele cria espaço através das relações sociais e biológicas.

1.3 Gênero e feminicídio

Abordar as questões de gênero e, especificamente o feminicídio, representa um desafio a respeito de um dos mais urgentes fenômenos de mortalidade por agressão de gênero na sociedade atual. Este tópico é complexo e sensível, pelo fato de tratar-se da manifestação mais extrema de violência e desigualdade de gênero para com as mulheres, para tanto, é necessário explorar a temática desde as raízes que a envolvem como contexto histórico da desigualdade entre gêneros, surgimento de movimentos feministas, a lei qualificadora de feminicídio e os problemas que envolvem este tipo de violência de gênero que antecede o óbito.

A violência contra as mulheres é um problema social que está enraizado na sociedade, onde elas são atacadas por xingamentos, agressões, privação de direitos, discriminação e em muitos casos a agressão fatal. Para Orelanna (2019), o óbito feminino por meio da agressão é o extremo de toda a violência sofrida pelas mulheres, e quando praticado é denominado como Feminicídio; o feminicídio é a fatalidade feminina ocasionada apenas pelo fato da vítima ser mulher.

No Brasil, a violência contra a mulher era comumente ocorrida dentro do âmbito familiar e tal agressão era considerada um crime de menor potencial ofensivo, o que mostra o total descaso das autoridades com o bem-estar feminino naquela instância. Mas, em 7 de agosto de 2006 após muitos debates entre sociedade civil e os poderes Legislativo e Executivo, fora sancionada a Lei n. 11.340/2006 que logo viria a ser chamada de Lei Maria da Penha. Segundo o Instituto Maria da Penha (ILP), a lei estabelece a definição do que é a violência doméstica e familiar, bem como caracteriza as suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; além de criar mecanismos de proteção às vítimas, assumindo que a violência de gênero contra a mulher é uma responsabilidade também do Estado.

É importante que se diga que a Lei Maria da Penha não pode ser tratada apenas como uma via jurídica para se punir os agressores. Isso porque ela também traz em seu texto o conceito de todos os tipos de violência doméstica e familiar; insere a criação de políticas públicas de prevenção, assistência e proteção às vítimas; prevê a instituição de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; institui as medidas protetivas de urgência; e estabelece a promoção de programas educacionais com perspectiva de gênero, raça e etnia, entre outras propostas. Todos esses dispositivos intensificam uma rede integrada de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, além de atenderem às recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o caso Maria da Penha Maia Fernandes. Mais do que uma alteração da legislação penal, a Lei n. 11.340/2006 representa um importante instrumento legal de proteção aos direitos humanos das mulheres para uma vida livre de violência. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2018)

A Lei Maria da Penha é um importante instrumento na defesa da mulher diante da violência doméstica e familiar, a legislação em vigência vai além da punição ao agressor, abrange também vários aspectos que estão presentes neste tipo de violência e assim auxilia na prevenção e enfrentamento dos casos que ocorrem ou possivelmente ocorram. A lei atende as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o que faz com que a lei seja mais do que uma simples mudança na legislação penal brasileira, ela passa a ser um instrumento legal que visa proteger os direitos das mulheres, buscando assegurar a elas uma vida sem violências.

Para Minayo (2005), a violência contra a mulher constitui uma questão de saúde pública, além de violar explicitamente os direitos humanos. A autora ainda destaca que tal violência não ocorre necessariamente por conta do gênero

masculino, mas que a violência de gênero ocorre entre homens e mulheres, e mulheres entre mulheres, mas que em muitos dos casos a violência está interligada ao gênero masculino. Esta ação de violência contra a mulher, envolve também a relação de poder e dominação entre os gêneros, portanto, cabe dizer que este não é somente um problema de saúde pública, mas também um problema de questões sociais, culturais e políticas, os quais envolve todo o contexto das relações sociais, das falas e comportamentos da cultura patriarcal na sociedade, e principalmente da objetificação de que a mulher é na perspectiva sexista o “sexo frágil”.

A violência de gênero abrange a que é praticada por homens contra mulheres, por mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres. Refletir sobre a relação violência-gênero é importante “para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e homens como vítimas e autores/as, mas também o seu envolvimento como sujeitos que buscam afirmar, mediante a violência, suas identidades masculinas e femininas. (SUÁREZ; BANDEIRA; 1999, p. 16)

No Brasil, os dados disponibilizados dos casos de óbitos femininos por agressão são insuficientes e algumas das vezes inconclusivos, e em algumas ocasiões há a ausência de dados concretos relativos à diminuição ou aumento de casos; a ausência destes dados faz com que haja divergência entre o que é noticiado e o que é observado, assim fazendo com que a população não observe atentamente tal problema social.

Embora o número total de homicídios em mulheres seja muito menor do que o observado nos homens, cerca de 14 vezes menor em Manaus, quando olhamos o total de registros entre 2000 e 2020 é importante destacar que, em geral, cerca de metade dos homicídios de mulheres é cometido por parceiro íntimo (namorado, ex-namorado, companheiro e ex-companheiro, principalmente). (ORELLANA, 13/01/2022, Jornal Amazônia Real edição online)

Além do desconhecimento da população em geral, a invisibilização da maioria dos casos, torna inviável a identificação de áreas com maior potencial para possíveis feminicídios e não feminicídios. Dessa forma, observa-se a dificuldade em obter subsídios necessários para a criação de políticas em defesa da mulher e programas de prevenção mais eficazes, o que configura um grave problema de responsabilidade do Estado.

Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as

autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado. (LAGARDE, 2004, p. 6).

Retomando ao feminicídio, este que é uma forma de transgressão ao direito de viver da mulher é também resultado da construção estrutural de um ambiente institucionalizado pela inferioridade feminina e superioridade masculina, para Romero (2014) os autores de feminicídio costumam reduzir suas ações a crimes passionais, que são crimes envoltos pelo estado de violenta emoção, que para o agressor é justificável por fatores como: infidelidades ou insubordinações femininas. Neste caso o agressor menospreza não somente uma vida humana, mas diminui a mulher como sujeito atuante de seus direitos a agredindo de maneiras diversas, o que levado ao ápice da agressão pode resultar no óbito e assim configurando de fato o feminicídio.

Fernandes (2005) ressalta que “o perfil do homem que pratica feminicídio é de alguém autocentrado, egoísta e muitas vezes com baixa autoestima. Mata não por amor, mas por um sentimento de posse e por sua reputação”, tal afirmação remete ao fato de que em sua maioria, as agressões são cometidas por companheiros, ex-companheiros, familiares, amigos, demonstra que há uma relação próxima e de afeto entre vítima e agressor.

Estima-se que esse problema cause mais mortes às mulheres de 15 a 44 anos que o câncer, a malária, os acidentes de trânsito e as guerras. Suas várias formas de opressão, de dominação e de crueldade incluem assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras. Os perpetradores costumam ser parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado. (SCHRAIBER et al.,2002, p.47)

Em grande maioria um companheiro ou ex-companheiro da vítima está ligado à sua morte, o que nos remete a pensar que de modo geral o gênero masculino está caracterizado como o principal agressor, fato que está diretamente ligado ao exercício histórico do patriarcado. Para Loureiro (2020), patriarcado refere-se a estrutura social onde os homens detêm a maior parte dos direitos, dos poderes políticos, da economia; e onde as instituições e relações sociais são tendenciosas de maneira organizada para favorecer os homens em detrimento das mulheres, onde perpetua a subordinação da mulher para com o sexo masculino.

A ativista feminista Federici (2017) diz que “o patriarcado é uma máquina de opressão que se alimenta do trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres,

garantindo a acumulação de capital e a manutenção das estruturas sociais desiguais”.

Tal política, que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário. Também devemos repensar o conceito de “escravidão do salário”. Se é certo que os trabalhadores homens, sob o novo regime de trabalho assalariado, passaram a ser livres apenas num sentido formal, o grupo de trabalhadores que, na transição para o capitalismo, mais se aproximou da condição de escravos foram as mulheres trabalhadoras. (FEDERICI, 2017, p.195)

A partir da visão de Federici (2017), vê-se que o patriarcado em seus primórdios impedia e controlava a autonomia das mulheres, limitando-as primeiramente nas questões financeiras, assim perpetuando nesta visão de relação em que a mulher se torna dependente do homem e conseqüentemente originando a desigualdade entre os gêneros. Ademais, a expressão "patriarcado do salário" destaca a ligação entre a estrutura patriarcal, a qual enfatiza a supremacia dos homens, e o sistema salarial; isto sugere que a distribuição desigual do poder e dos recursos se relaciona a forma em como o trabalho é remunerado e como as mulheres foram excluídas desse processo. Historicamente o patriarcado e a estrutura que o envolve, é um dos exercícios de maior influência no que diz respeito a violência contra as mulheres, isto varia desde abuso psicológico, lesões corporais e em muitos casos o próprio óbito

Após a criação da Lei nº 11.340, entre os anos de 2012 e 2013 em investigação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) notou-se que somente a Lei Maria da Penha não abarcava com todos os direitos garantidos as mulheres, visto que a violência nos estados brasileiros naquele momento aumentava e conseqüentemente era seguida do óbito. Por conta deste cenário, a CPMI-VCM (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência Contra a Mulher) recomendou no Congresso Nacional a criação da Lei 13.104/15, a qual prevê o feminicídio como crime hediondo.

Com a criação da Lei nº 13.104/15, as mulheres adquirem mais um mecanismo que favorece seu direito a vida, é mais uma das várias lutas vencidas frente a uma sociedade repleta de imparcialidades quando se trata da garantia do direito feminino. O Brasil evolui quanto ao fator lei criada, porém, teoria e prática não são perfeitamente executadas, como já citado no país as agressões contra a mulher

causam muito mais mortes do que doenças como o câncer e a malária, acidentes de trânsito e outros fatores, o que nos leva a acreditar que a legislação brasileira precisa ser mais severa quanto a correta investigação, punição e julgamento de quem pratica tais atos macabros contra os corpos femininos.

De acordo com os artigos e incisos presentes na Lei do Feminicídio, Siqueira (2016) esboça em sua tese 3 categorias de feminicídio que levam em conta as particularidades refletidas no parecer de cada experiência:

a) **Feminicídios íntimos:** São aqueles cometidos por homens com os quais a vítima possui ou possuiu uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins. Incluem-se nesta categoria os crimes cometidos por parceiros exclusivamente sexuais ou por aqueles com quem a vítima tem ou teve outras relações interpessoais, tais como maridos, companheiros ou namorados. Levando-se em consideração os dados indicadores da violência já apresentada no capítulo anterior, os quais apontam que a violência doméstica é a que mais vitima as mulheres em todo o mundo, sendo que, não raro, esta resulta em sua morte, é possível afirmar com certa margem de segurança que a maior parte dos feminicídios cometidos tanto em âmbito local quanto mundial se enquadra nesta categoria. Importante frisar que esta espécie de feminicídio frequentemente impacta de maneira irreversível a vida de outras pessoas ligadas à vítima, sobretudo a dos eventuais filhos do casal, obrigados a viver na ausência da mãe e também do pai, quando este responde a processo criminal e é condenado a cumprir pena privativa de liberdade.

b) **Feminicídios não íntimos:** São aqueles cometidos por homens com os quais a vítima não possui relações íntimas, familiares ou de convivência, mas com os quais era ligada por relações de confiança, hierarquia ou amizade, a exemplo das que há entre empregador e empregada, amigos ou ainda colegas de trabalho. Esta categoria pode ser subdividida em dois grupos – feminicídios não íntimos e feminicídios sexuais – conforme a vítima tenha ou não sido violentada sexualmente, algo muito comum nesta espécie. Há quem considere que feminicídios sexuais são uma forma de terrorismo que reforça a dominância masculina e rende todas as mulheres à sensação de insegurança contínua. É possível encontrar, também, a nomenclatura como referência a assassinatos cometidos por alguém que não possua qualquer relação com a vítima, a exemplo dos feminicídios sistemáticos ocorridos em alguns países da América Latina, como México e Guatemala, muitos destes precedidos por violência sexual e tortura. De acordo com esta compreensão, a incidência do feminicídio não íntimo é maior nos casos em que as vítimas exercem profissões estigmatizadas, a exemplo da prostituição.

c) **Feminicídios por conexão:** Ocorrem quando uma mulher intervém para impedir o assassinato de outra mulher e, no processo, acaba também se tornando uma vítima fatal. Por sua natureza, desnecessária a existência de vínculos entre o agente e a vítima para caracterizá-lo, os quais podem ser até desconhecidos. (SIQUEIRA, 2016, p.33-34.)

Ao categorizar o feminicídio em diferentes tipos, a partir das circunstâncias e relações entre vítima e agressor, Siqueira (2016) interpreta este fenômeno de acordo com a experiência da vítima e as particularidades que envolvem todo o contexto por trás do ato extremo de agressão seguido do óbito feminino. Ademais, as 3

tipificações de feminicídio que Siqueira (2016) aponta podem ser entendidas a partir dos seguintes contextos: Feminicídio íntimo – se associam as vítimas que possuem indicadores de violência doméstica, ou seja, seu agressor é alguém em que o vínculo relacional é a nível íntimo, familiar ou de convivência, configurando assim que muito provavelmente o seu agressor é um namorado, marido, parceiro sexual exclusivo, ou alguém que frequentemente frequenta o domicílio da vítima por conta do vínculo emocional entre ambos. Este que por via dos fatos, tende a ser um dos tipos de violência seguida de óbito mais frequente contra as mulheres do mundo todo; Feminicídios não íntimos – estes envolvem os assassinatos em que a vítima não possui relações íntimas, de convivência ou familiar, mas que ainda sim pode haver uma ligação de amizade, empregatícia, hierárquica ou de confiança; Feminicídios por conexão – este ocorre quando há intervenção de uma mulher, quando a mulher intervém para impedir o assassinato de outra mulher e, no processo, ela mesma acaba por ser a vítima fatal.

Essas categorias proporcionam uma compreensão mais detalhada e específica dos diferentes contextos em que ocorrem os feminicídios, reconhecendo a gama de possibilidades de relações que podem existir entre vítimas e agressores. Destacando assim, a necessidade de compreender tais nuances para desenvolvimento de estratégias eficazes para a prevenção e intervenção contra o feminicídio em suas diversas manifestações.

Classificar o feminicídio de forma elaborada ressalta a intenção e a forma em como cada agressor realiza suas ações e intenções violentas. Categorizar torna-se útil na indicação do caráter generalizado socialmente na violência, mostra-nos uma visão diferente da comumente exposta em que o agressor é mentalmente desequilibrado e perturbado ou de que a vítima exerce culpa nas atitudes tomadas pelo seu agressor.

As categorias expostas por Rodrigues (2016) refletem detalhadamente o que é colocado na caracterização penal do feminicídio dentro dos artigos presentes na lei que o inclui como qualificadora do crime de homicídio, o artigo 121 do Código Penal Brasileiro prevê o seguinte:

Art. 121 [...] § 7º Denomina-se feminicídio à forma extrema de violência de gênero que resulta na morte da mulher quando há uma ou mais das seguintes circunstâncias: I – Relação íntima de afeto ou parentesco, por afinidade ou consanguinidade, entre a vítima e o agressor no presente ou no passado; II – Prática de qualquer tipo de violência sexual contra a vítima,

antes ou após a morte; III – mutilação ou desfiguração da vítima, antes ou após a morte: Pena - reclusão de doze a trinta anos. § 8º A pena do feminicídio é aplicada sem prejuízo das sanções relativas aos demais crimes a ele conexos. (SENADO FEDERAL, 2013, p.1002)

Para fins desta pesquisa, foi necessário conceituar e abordar as relações de cada contexto social, político e de gênero entre as etapas que nos levam a chegar ao feminicídio, e a maneira em como será trabalhado dentro dos parâmetros geográficos. Este fenômeno endêmico deve ser pautado com maior frequência devido a magnitude de sua problemática social e pública, onde mulheres jovens e adultas sofrem com a violência extrema que em muitos dos casos são acometidas por alguém cujo a vítima possuía uma relação interpessoal. Vale ressaltar que a realização deste estudo na capital Amazonense (Manaus), reflete no estudo realizado anteriormente por Orellana (2019), onde a pesquisa resultou que a proporção de mortes femininas por agressão correspondia a 38% dos dados obtidos, dados alarmantes e que se equiparam a dados correspondentes a países como o Taiwan (31% de casos de feminicídio de acordo com autópsias), e com os dados de âmbito nacional no ano de 2017(em torno de 25%), assim configurando como uma das principais causas de mortalidade feminina no Brasil.

Ao longo deste trabalho o feminicídio será abordado em suas tipificações e principalmente os aspectos geográficos como: localidade, zonas, mapeamento e dados estatísticos; todos estes componentes sendo trabalhados dentro de uma malha urbana, a cidade de Manaus-AM, no recorte temporal de 2016-2021.

CAPÍTULO 2: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA GEOGRÁFICA SOBRE GEOGRAFIA E GÊNERO

A pesquisa geográfica sobre gênero é um campo de constante evolução a respeito das complexas interações entre espaço, lugar e identidade. Este capítulo irá demonstrar os caminhos metodológicos trilhados nesta investigação das interseções e interações entre gênero e geografia. Adentrando assim no campo das relações de poder, representação e experiência espacial.

2.1. Método para pensar Geografia e Gênero

Para fins deste trabalho, adotamos uma abordagem metodológica com as fundamentações teóricas presentes no método dialético, tendo em vista que se busca compreender as interações complexas e contradições que permeiam o fenômeno de mortes por agressão do gênero feminino. Com inspiração nos princípios da dialética, este método oferece uma estrutura dinâmica e analítica, onde as relações entre o elemento e as transformações que o envolvem são examinadas em profundidade.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos. (GIL, 2008, p.33)

As bases totalizantes da realidade que este estudo reflete diante do feminicídio, se direciona ao que proporciona a dialética a respeito da interpretação dinâmica dos fatores sociais associados à violência de gênero, tendo em vista que deve se considerar todo o entorno e não somente fatores isolados, a cultura, a raça, a infraestrutura urbana e diversos outros fatores presentes no âmbito social devem ser considerados e entendidos como o conjunto da obra.

A escolha pelo método dialético se baseia na intenção de transcender visões estáticas, o que permite analisar de maneira abrangente os nuances e processos colocados em evidência. Deste modo, a abordagem selecionada permite não somente identificar padrões, mas também contribui para discernir as contradições subjacentes que influenciam e moldam o fenômeno estudado, o que proporciona uma enriquecedora compreensão (Gil, 2008; Konder, 2008; Sposito, 2004).

A dialética é fundamentada em três princípios, e pode ser entendida como um método de interpretação da realidade, ele classifica os três princípios em: A unidade dos opostos; Quantidade e qualidade; Negação da negação (Gil, 2008; Konder, 2008; Sposito, 2004). Em cada uma dessas bases a dialética apresenta aspectos próprios, porém, interligados. Nesse sentido, a abordagem sobre o método dialético com base nas proposições de Engels(1974), é assim definido:

- a) A unidade dos opostos - Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
- b) Quantidade e qualidade - Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.
- c) Negação da negação - A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes. (GIL, 2008, p.13)

A partir das categorias, vê-se que cada aspecto contraditório do estudo em método dialético está interligado por uma gama de análises que envolvem tanto o fenômeno, quanto as influências que podem ocorrer no meio em que ele está inserido. Assim, faz com que as características de cada objeto estejam suscetíveis a mudanças que podem ou não ser negadas, mas que se desenvolvem de acordo com essas negações, fazendo com que não voltem ao estado em que estavam encontrados anteriormente (Gil, 2008; Konder, 2008; Sposito, 2004). Isso faz com que as mudanças em seu processo de desenvolvimento ocorram de forma gradual, operando saltos entre o qualitativo e o quantitativo.

Como dito anteriormente, segundo Gil (2008), a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que ela estabelece que os fatores sociais não podem ser compreendidos se considerados de forma isolada e individual, devem ser levados em conta fatores políticos, econômicos, culturais, fatores que estão presentes no cotidiano de qualquer sociedade. Assim, temos a percepção do privilégio que as mudanças qualitativas recebem na dialética, se opondo a qualquer modo de pensamento em que a ordem quantitativa é uma norma, ou seja, pesquisas desenvolvidas na dialética se distinguem bastante das pesquisas desenvolvidas na ótica positivista, onde se enfatiza os procedimentos quantitativos.

2.2. Tipos de pesquisa sobre a Geografia da Violência de Gênero

O estudo dessa temática da pesquisa geográfica sobre Geografia e Gênero na perspectiva analítica do Femicídio, baseia-se na interpretação de abordagem de pesquisa cunho qualitativa, pois o estudo qualitativo considera aspectos não mensuráveis e o (a) pesquisador (a) participa diretamente na realidade pesquisada. Entretanto, esta pesquisa não exclui a utilização de dados quantitativos, uma vez na pesquisa dialética a relação entre sujeito (a) e objeto é usa dados tantos qualitativos quanto quantitativos para explicar o fenômeno.

Por considerar a abordagem qualitativa nessa pesquisa de Geografia e Gênero, compreende-se que é caracterizado na coleta e análise de dados numéricos e estatísticos para explicar a espacialização dos fenômenos de mortes femininas por agressão; concentrado na compreensão aprofundada das complexidades e contextos que envolvem este fenômeno. Nesse sentido:

[...] A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. (GIL, 2002, p.133).

A utilização da abordagem qualitativa embasada no método dialético, busca-se uma abordagem que ultrapasse a simples descrição do fenômeno analisado, visando a compreensão das complexidades, inter-relações e contradições inerentes aos contextos analisados.

Optar pelo método dialético em um estudo qualitativo implica dizer que se quer adotar uma perspectiva em que se avalia a dinâmica das contradições como elemento central no entendimento dos processos sociais, culturais, políticos ou individuais. No que se dirige a coleta dos dados, a coleta, a observação participante e a análise de conteúdo, permitem não apenas identificar padrões, mas também revela as tensões e contradições subjacentes ao fenômeno do feminicídio. Assim, o método dialético no contexto qualitativo oferece uma estrutura analítica que enriquece a pesquisa, proporcionando uma compreensão mais profunda e contextualizada do tema trabalhado.

A pesquisa se define como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico utilizado pelo pesquisador, descobrir respostas para as problemáticas levantadas mediante o emprego da abordagem

científica é papel fundamental da pesquisa. E este trabalho, visa explorar duas categorias fundamentais dos tipos de pesquisa: a explicativa e a descritiva.

Gil (2008) destaca em sua obra que a pesquisa naturalmente tem um objetivo específico de acordo com sua natureza, e qualifica os níveis categóricos de pesquisa a partir do que distingue Duverger (1962):

Cada pesquisa social, naturalmente, tem um objetivo específico. Contudo, é possível agrupar as mais diversas pesquisas em certo número de grupamentos amplos. Assim, Duverger (1962) distingue três níveis de pesquisa: descrição, classificação e explicação. Selltiz et al. (1967) classificam as pesquisas em três grupos: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que verificam hipóteses causais. Esta última é a classificação mais adotada na atualidade e também o será aqui, com uma pequena alteração de nomenclatura: as pesquisas do último grupo serão denominadas explicativas. (GIL, 2008, p.27).

Deste modo, a partir dos níveis de classificação definidos, cabe explorar e caracterizar a forma como este trabalho de violência de gênero se enquadra nos níveis descritivo e explicativo. A pesquisa descritiva se caracteriza na busca detalhada e minuciosa a respeito das características do fenômeno feminicídio, desde o histórico para a definição do termo feminicídio até a criação do código penal referente a ele, e os casos ocorridos dentro do município de Manaus a partir do período de vigência da Lei 13.104/2015; enquanto a pesquisa explicativa almeja a compreensão das relações causais sobrepostas as investigações do fenômeno estudado.

A respeito da pesquisa explicativa, seu objetivo principal é identificar fatores que podem determinar ou contribuir para a ocorrência de fenômenos, Gil (2002) disserta:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. (GIL, 2002, p.42).

Ou seja, esta modalidade de pesquisa é complexa por buscar a razão de ocorrência ou contribuição de fatores que ocasionam fenômenos ocorridos na realidade. Voltado para este trabalho, este tipo de pesquisa contribui para entender fatores internos, externos, históricos, políticos e sociais que levam ao extremo da violência de gênero contra a mulher, é importante que se entenda de forma

aprofundada este fenômeno que afeta diretamente a população de mulheres amazônidas.

Vale salientar que na utilização da pesquisa explicativa houve a necessidade de adotar métodos experimentais como análise estatística, estudos de caso e teste de variáveis, assim elucidando as razões subjacentes ao fenômeno e contribuindo para o desenvolvimento teórico deste trabalho e complementando assim a pesquisa descritiva.

No tocante a pesquisa descritiva, esta é um tipo de investigação que busca descrever as características do fenômeno e a relação entre as variáveis sem manipulação de variáveis independentes, objetivando retratar de maneira detalhada a realidade presente na forma em como se dão as ocorrências de feminicídio, o perfil socioeconômico das vítimas e a espacialidade dos óbitos.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p.42).

As características como sexo, idade, nível de escolaridade, bairro, e estado civil serão características também exploradas na análise, tendo em vista que há relações entre as variáveis, sejam elas diretas ou indiretas, assim proporcionando uma visão diferente do problema e tornando possível externalizar de forma escrita as implicações presentes no feminicídio.

Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade. (GIL, 2002, p.42).

O nível de pesquisa descritiva é amplamente utilizado em diversas disciplinas, compreendidas desde as ciências sociais até os estudos de mercado. A natureza descritiva proporciona para as análises, uma base sólida que poderá servir também

em futuras investigações, permitindo identificar a existência ou inexistência de padrões, tendências e características fundamentais presentes no fenômeno do feminicídio. Essa abordagem é essencial para o desenvolvimento de diagnósticos precisos e para a compreensão contextualizada em áreas como psicologia, sociologia e antropologia, mas especificamente neste estudo, a sua contextualização e compreensão na área da geografia.

2.3. Procedimentos metodológicos da espacialização dos casos de Feminicídio.

Para a realização desta pesquisa, o recorte espacial escolhido foi a área urbana do município de Manaus-AM, a capital amazonense é considerada a maior metrópole econômica da Amazônia com uma população de aproximadamente 2,2 milhões de habitantes segundo o último censo realizado pelo IBGE no ano de 2022. A área urbana de Manaus é composta por 6 zonas administrativas estabelecidas pela Portaria municipal dentro da Lei nº 1.401 de 14 de janeiro de 2010, não contando as zonas rurais e estando presente apenas os 63 bairros anexados à capital amazonense.

Este trabalho se baseou na análise dos casos de agressões seguidas de óbito em mulheres na cidade de Manaus-AM entre os anos de 2016 há 2021. Sobre as mortes por agressão, as vítimas são mulheres maiores de 9 (nove) anos de idade, os códigos de classificação seguem o intervalo de X85-Y09 de acordo com a CID-10, os óbitos ocorridos fora dos limites da cidade de Manaus não serão levados em conta na análise.

A escolha do período de análise intercorre entre janeiro de 2016 a dezembro de 2021, o intervalo temporal escolhido dá-se devido a promulgação da Lei do Feminicídio em 2015 no Brasil e a disponibilidade de dados padronizados que permitem análises sobre as características gerais da vitimização, bem como seu padrão espacial e temporal.

A caracterização das mortes por agressão, baseou-se em informações coletadas de matérias jornalísticas, em sua maioria de sites da imprensa do estado do Amazonas; bem como em registros oficiais de mortalidade disponibilizados pela FVS-RCP (Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas- Dra. Rosemary Costa Pinto), no intuito de complementar ou qualificar o banco de dados com a série histórica de 2016-2021.

Para fundamentação teórica e arcabouço conceitual a respeito do fenômeno em estudo, houve a necessidade da realização de leituras bibliográficas em artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses, a partir de fontes relevantes que estudam e catalogam a temática de Geografia e Gênero e Feminicídio, dentre as principais autoras e autores utilizados estão Lorde (1984); Lagarde (2004); Fernandes (2005); Siqueira (2016); Silva (2018); Federici (2022); Orellana (2022); dentre outros que contribuíram de forma significativa para a construção e caracterização deste estudo.

Para tanto, foram utilizados materiais da pesquisa documentais e estatísticas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ -AM), além da revisão em artigos, livros, teses e matérias jornalísticas, foi realizado um contexto histórico do feminicídio e a violência contra as mulheres, estudos de casos e dados presentes no site da Secretária de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) e da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-RCP) também foram utilizados.

O trabalho contou também com etapas de pesquisa e coleta para a formação do banco de dados, são elas:

1. Etapa 1- A primeira etapa do estudo consistiu na busca de dados disponíveis em sites e matérias da imprensa que foram coletados através do mecanismo rastreador do Google “Google Desktop” onde se utiliza “tags” (mulher, morta, assassinada, Manaus) que são termos, rótulos ou etiquetas que direcionam o usuário para matérias potencialmente úteis; além do mecanismo de rastreamento, foi ativada a ferramenta de intervalo temporal personalizado localizada na barra de pesquisa; após esgotada a coleta de dados online, foram coletados dados oficiais de mortalidade disponibilizados pela FVS-RCP (Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas - Dra. Rosemary Costa Pinto), tais como: nome, idade, cor ou raça, escolaridade, causa básica de morte, por exemplo.
2. Etapa 2- Foi realizado um processo de “linkage” manual e probabilístico a fim de verificar quais dados poderiam estar repetidos e quais dados se encaixam nas especificações da CID-10 com as causas básicas contidas nos intervalos X85-Y09. Sobre os processos de checagem “linkage”, o manual foi executado utilizando a ferramenta

Excel para filtrar os casos das buscas on-line e os disponibilizados pela FVS, o que gerou uma nova base de dados provisória para análise dos pares de cada caso; já o probabilístico foi realizado no software R, uma ferramenta de linguagem de programação para fins estatísticos de análise e visualização de dados, o processo desta etapa foi realizado a partir da observação de uma tabela de dados gerada no “R” contendo pares dos registros através de “scores” que possibilitam validar ou invalidar os pares encontrados.

O RSTUDIO é um software de desenvolvimento integrado para a programação R, sendo configurado para duas linguagens: cálculos estatísticos e programação gráfica. Ambas as ferramentas realizam o processo de mineração das variáveis e assim possibilitam uma melhor leitura dos dados, gerando os cálculos e dados corretos para serem utilizados na etapa gráfica, de mapeamento e identificação dos pontos X e Y.

Desta forma, a partir da finalização dos processos de “linkage” foi possível criar um banco de dados mais completo, contendo dados tanto da FVS como também das buscas on-line e matérias jornalísticas. Para tornar o banco de dados o mais completo possível no que implica na caracterização das vítimas, foram criadas variáveis sociodemográficas e de circunstância da vitimização, como por exemplo: nome da vítima, bairro, suposto local da ocorrência, escolaridade, estado civil, número de filhos, envolvimento ou não com o tráfico de drogas ou quaisquer tipificações de ligação com a criminalidade, número de lesões, tipo de arma utilizada, caracterização do tipo de violência, padrão de raça ou cor, idade da vítima, horário e data da agressão, dentre outras variáveis que tornam a informação a respeito do óbito o mais completa possível, além de seguir os padrões éticos sugeridos na Plataforma Brasil.

Com o banco de dados finalizado, os resultados obtidos serão distribuídos e expostos de maneira Trimestral, com a divisão de feminicídios e não feminicídios (os óbitos não classificados corretamente como feminicídios de acordo com os códigos da CID-10 e boletim de óbito quando encontrado), assim sendo a fonte necessária para se gerar um gráfico que irá amostrar como está distribuída a densidade dos registros por zona; e mapear os dados encontrados anteriormente de modo estatístico, agora utilizando a linguagem geográfica, com o auxílio do Google

Earth/Maps as coordenadas geográficas relacionadas aos locais da ocorrência das agressões e dos feminicídios serão identificadas através de pontos (X e Y) distribuídos no mapa da cidade de Manaus.

A análise espacial é realizada a partir do sensoriamento remoto, com o auxílio da geotecnologia “Google Earth” que fornece as coordenadas geográficas de Latitude e Longitude, estas coordenadas se relacionam aos 3 tipos de classificação espacial utilizadas na identificação dos locais de ocorrência dos óbitos, são elas:

- Ponto- quando indica o local com precisão a partir de imagens encontradas nas matérias ou endereço da vítima constado na matéria
- Linha- quando disponibilizado somente o logradouro principal (rua ou avenida) sem número da residência ou sem imagens de fácil identificação do local exato.
- Polígono- quando a área para identificação for extensa, ou seja, não houver informações mais detalhadas e constar somente o bairro da ocorrência do óbito.

O componente da análise temporal descritiva é realizado a partir de 24 trimestres divididos entre os anos de 2016 e 2021, onde cada ano é dividido em 4 trimestres seguindo a ordem cronológica: 1º trimestre composto por janeiro-fevereiro-março, 2º trimestre composto por abril-maio-junho, 3º trimestre composto por julho-agosto-setembro, 4º trimestre composto por outubro-novembro-dezembro, a ordem segue em todos os anos de análise.

A análise espacial foi realizada utilizando-se da variável geográfica bairro e sub-bairro/comunidade, que foi agrupada de acordo com sua zona administrativa: Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro-Sul e Centro-Oeste; as seis zonas administrativas e os 63 bairros da cidade de Manaus são estabelecidos pela Portaria municipal dentro da Lei nº 1.401 de 14 de janeiro de 2010. As mortes que ocorrerem fora dos limites da cidade de Manaus foram excluídas; foram efetuadas análises descritivas a partir da inserção das variáveis no Software R, de acordo com a distribuição dos tipos das variáveis, por meio de tabelas de frequência e gráficos, bem como com testes qui-quadrado ou de Fisher.

CAPÍTULO 3: GEOGRAFIA DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E A ESPACIALIZAÇÃO DOS CASOS DE FEMINICÍDIO EM MANAUS-AM, AMAZÔNIA OCIDENTAL

Este capítulo propõe a exploração da geografia das violências de gênero na cidade de Manaus, com foco nos feminicídios. Para tanto, se buscará analisar a distribuição espacial dos registros de casos de óbitos femininos por agressão na área urbana da cidade, buscando compreender as dinâmicas socioespaciais que contribuem para a perpetuação deste tipo de violência de gênero.

3.1. A geografia da violência sobre corpos femininos: os casos de feminicídio.

Para analisar as características dos óbitos femininos por agressão, em especial os feminicídios, foram levados em consideração os óbitos ocorridos na zona urbana do município de Manaus – Amazonas, no período de janeiro de 2016 e dezembro de 2021. A escolha por este período foi baseada na premissa de que seria um período em que os dados procurados estariam em concordância com a Lei 13.140/15, visto que por ser uma lei recente, muito provavelmente o seu primeiro ano em vigor traria dados incompatíveis e com diversas inconclusões na sua caracterização como qualificadora para o feminicídio.

Como ressaltado por Siqueira (2016), a lei do feminicídio trouxe consigo o objetivo de nomear de forma jurídica a conduta expressa em morte violenta com características ou contextos especiais, que de modo geral não são observadas nos homicídios masculinos. Desta forma, com uma nova nomeação de conduta que ainda viria a ser entendida e ganharia forma com o seu tempo em vigor, houve a necessidade de “excluir” o primeiro ano em que esta nova qualificadora surgiu para que a partir do ano seguinte, já incluso na análise, as autoridades e demais fontes de notícia trouxessem em sua base de informações os dados em completude e classificação correta dentro da qualificadora jurídica. Essa é a geografia da violência de gênero que se concretiza sobre os corpos femininos, pois se destacam altos índices de casos de feminicídio.

Durante o período avaliado, foram identificados em totalidade 424 registros de óbitos femininos por agressão, em mulheres com faixa etárias de 10 anos ou mais e sendo considerado 138 destescasos como feminicídios, e o restante da amostra se

caracterizando como “não feminicídio”. Não feminicídios são os óbitos femininos em que a variável gênero não é de fato a qualificadora ou motivação principal para que a mulher seja uma vítima fatal, ou seja, são mortes ocasionadas por possuir relação direta com outros tipos de crime, o tráfico de entorpecentes, a violência em decorrência de um assalto com reação da vítima, fragmentos de arma de fogo em decorrência de trocas de tiro ou bala perdida, situações em que por vias gerais o gênero e as motivações são diferentes das qualificadoras presentes na classificação do feminicídio que se enquadram na lei.

Os dados coletados foram transformados em variáveis a serem analisadas: raça ou cor; escolaridade; idade; turno; local de ocorrência; relação com tráfico de entorpecentes; tipo de arma; número de lesões. A partir do preenchimento do banco de dados com estas variáveis, foram realizados dois testes, o teste de Wilcoxon e o teste qui-quadrado.

De acordo com Godoy; Ferreira; Almeida; Godoy; Evangelista (2010), o teste de Wilcoxon foi introduzido em 1945 e é utilizado para comparar duas amostras relacionadas ou dependentes, no caso deste estudo as amostras de feminicídios e não feminicídios. Enquanto o teste qui-quadrado, segundo Neto e Silva (2012) possibilita comparar os dados e definir se eles se diferem de maneira estatística, o que auxilia na tomada ou não de decisões. Desta forma, pós breves introdução a respeito das variáveis e testes, cabe falar então sobre os resultados obtidos na análise. Abaixo segue a tabela de variáveis e testes:

Tabela 1 - Teste de variáveis e resultados obtidos

Variáveis	Feminicídios		Não Feminicídios		Valor de P
	N	%	N	%	
<i>Idade mediana (anos)</i>	26		29		0,145*
<u>Raça ou cor da pele</u>					
Branca	14	10,1	30	10,7	0,858**
Parda/Preta/Indígena°	124	89,9	250	89,3	
<u>Escolaridade</u>					
0-3	9	14,3	14	13,5	0,967*
4-11	48	76,2	81	77,9	
12 e mais	6	9,5	9	8,7	
<u>Sexo do agressor</u>					
Masculino	130	94,2	265	95	0,738**
Feminino	8	5,8	14	5	
<u>Turno</u>					
Madrugada	48	36,1	68	24,6	

Manhã	25	18,8	28	10,1	0,001**
Tarde	23	17,3	49	17,8	
Noite	37	27,8	131	47,5	
<u>Idade</u>					
10-19	28	20,4	53	19	0,399**
20-29	55	40,1	92	33	
30-59	49	35,8	121	43,4	
60 e mais	5	3,6	13	4,7	
<u>Dia da semana</u>					
Segunda – Sexta	73	52,9	156	55,7	0,586**
Sábado – Domingo	65	47,1	124	44,3	
<u>Local de ocorrência</u>					
Domicílio	76	55,1	82	29,3	0,001**
Fora do domicílio	62	44,9	198	70,7	
<u>Uso de álcool</u>					
Não	106	76,8	243	89	0,001**
Sim	32	23,2	30	11	
<u>Violência sexual</u>					
Não	103	74,6	259	95,9	0,001**
Sim	35	25,4	11	4,1	
<u>Relação com o tráfico de entorpecentes</u>					
Não	106	77,4	102	37,8	0,001**
Sim	31	22,6	168	62,2	
<u>Número de lesões</u>					
1-3	82	59,9	166	59,7	0,995**
4-7	31	22,6	64	23	
8 ou mais	24	17,5	48	17,3	
<u>Tipo de arma</u>					
Arma branca	59	44,4	51	18,5	0,001**
Arma de fogo	30	22,6	194	70,3	
Asfixia/Estrangulamento	24	18	13	4,7	
Outros	20	15	18	6,5	

**Teste de Wilcoxon;*

***Teste qui-quadrado;*

°*Indígenas – apenas uma ocorrência da raça/cor indígena na base de dados;*

Fonte: Carlos Hosein (2023).

Uma das características principais do feminicídio é a agressão seguida de morte ocasionada por um agressor cujo a vítima possui relação afetiva, tendo em vista que é um fator determinante, nota-se a partir das análises que 55,1% (76) dos feminicídios ocorreram em domicílio, contrastando significativamente (<0,001) com o observado para os não feminicídios 29,3%, o que corrobora para a confirmação de que o agressor é primordialmente alguém próximo da vítima, e que até mesmo

dentro da residência deve haver certa colaboração/intervenção por parte do Estado para que mulheres com um histórico de agressão familiar/matrimonial ou que se sentem ameaçadas de alguma forma, possam estar amparadas de algum modo para que a segurança das mesmas esteja garantida.

Entre as vítimas de não feminicídio notou-se que 62,2% dos óbitos femininos estão atrelados ao tráfico de entorpecentes, enquanto entre as vítimas de feminicídio 22,6% (30) tinham tal relação, por um lado essa expressiva diferença tende a ser “positiva” no quesito combate ao feminicídio, porém, ainda sim é um fator preocupante visto que a população feminina em grande parte sofre com a violência urbana, a violência urbana que se caracteriza pelos problemas estruturais encontrados na sociedade como: confrontos entre forças policiais e o tráfico de drogas, vandalismo, segregação, facções criminosas que disputam território, assaltos;. Tais dados demonstram que mesmo a qualificadora não sendo o feminicídio, as mulheres sofrem diretamente com o impacto causado pela violência urbana na capital amazonense, impactos estes que desencadeiam crimes como o estupro, violência armada, assaltoseguido de agressão, importunação sexual, assédio nas vias públicas e no transporte público, entre outras formas de violência em que a mulher se encontra vulnerável.

Quando associado que as vítimas de feminicídio em grande parte sofrem a agressão por parte de companheiros ou ex-companheiros, imagina-se que pelo fato de a vítima ser alguém cujo agressor mantém ou manteve relações sexuais periodicamente, poderá haver a existência da violação sexual antes da consumação do ato de agressão fatal, porém, os dados obtidos refletem o oposto do que se cogita. No tocante a violência sexual, 74,6% das vítimas de feminicídio não foram violentadas sexualmente e os não feminicídios 95,9% das vítimas também não sofreram violência sexual. Para Orellana (2019), o fato de que a ocorrência da violência sexual pode anteceder o feminicídio é algo que pode ainda ser vista como um indício de que estes óbitos estão ligados a ocupações desvirtuadas, como por exemplo as profissionais do sexo”. Portanto, assim como em outros estudos, a violência sexual se expõe como um importante componente para este estudo, visto que ela engloba as raízes da violência de gênero, logo entender as causas subjacentes da violência sexual e se este fator atenuante está presente nas

amostras, possibilita desenvolver estratégias e métodos mais eficazes na prevenção de possíveis registros.

Segundo dados do censo do IBGE (2022), 71% da população amazonense é de cor/raça preta ou parda, e de acordo com a análise realizada 89,9% das vítimas de feminicídio são de raça/cor Preta, Parda ou Indígena (1 indígena somente na base de dados), é provável que isto se interligue ao que diz Silva (2013) a respeito da interseccionalidade, da opressão, e da discriminação que a população negra de modo geral sofre devido a “cultura” preconceituosa, sexista e racista que a sociedade impôs durante longos anos. Ademais, se ligarmos isto ao fato de que a maior parte da população está exposta a problemas de infraestrutura urbana e que a maior concentração de habitantes é nas zonas periféricas e expostas aos perigos de violência urbana, vê-se que este fator pode se caracterizar pela zona em que vivem, a falta de policiamento devido e de apoio as zonas mais distantes podem impulsionar a violência contra a população negra/parda feminina na capital amazonense.

Outro fator importante de análise, fora a observância da relação de pelo menos 80% das vítimas terem algum tipo de relação com o tráfico de entorpecentes na metrópole amazonense, sendo 62,2% (168) casos relacionados aos não feminicídios e 22,6% (31) casos tipificados como feminicídios. Estes resultados vão ao encontro do que afirma Orellana (2019) em seu estudo a respeito da violência urbana contra mulheres no contexto amazônico, ele ressalta que “ de 2007- 2014 a taxa de encarceramento feminino no Amazonas passou de 16,6 para 37,4 por 100 mil mulheres, sendo o tráfico de drogas ilícitas e os roubos responsáveis por aproximadamente 83% das condenações ocorridas até novembro de 2016”, o que implica dizer que a vitimização de mulheres manauaras por homicídios ligados a violência urbana está alinhada com o que é representado no padrão nacional de violência, padrões estes que podem ser vistos no banco de registros dos Dados Nacionais de Segurança Pública.

Neste tópico se buscou destacar algumas das variáveis testadas no estudo dos feminicídios na cidade de Manaus, além de evidenciar com dados comprobatórios afirmações e caracterizações da tipificação prevista em lei. Primordialmente, tendo como objetivo analisar as variáveis a fim de caracterizar os óbitos femininos por agressão e assim tornando possível perceber e identificar

causalidades que intensificam a necessidade de estudar este grave problema de saúde pública feminina conhecido por Femicídio.

Após evidenciar as variáveis presentes neste estudo, e realizar as análises de caracterização dos corpos femininos na percepção e identificação das causalidades, é necessário que haja uma análise a partir da espacialização destes óbitos, possibilitando a identificação de áreas em que há maior potencialidade para ocorrências de feminicídios e agressões ao gênero feminino.

3.2. Espacialização das vítimas de feminicídio e não feminicídio por zonas em Manaus-AM

O feminicídio como todo fenômeno, pode ser espacializado, em acordo com o mencionado por Lefebvre (1974), “antes de produzir efeitos no âmbito material (utensílios e objetos), antes de produzir-se (alimentando-se dessa materialidade) e de reproduzir-se (pela geração de um outro corpo), cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e produz o espaço”; sendo assim, todo corpo (corpos femininos) é um espaço e todo espaço (localização, zona urbana, Manaus) é um objeto de estudo da ciência geográfica. Partindo desta premissa, vê-se a necessidade de avaliar como as mortes por agressão em Manaus se comportam quando especializadas; para isto, foram determinados a partir da coleta de dados o recorte temporal entre os anos de 2016-2021, e levando em conta os 63 bairros da cidade estabelecidos pela portaria municipal nº 1.401 de 14 de janeiro de 2010. Na tabela 2 encontra-se os dados de bairros (excluídos os sub-bairros) e zonas administrativas da capital Amazonense.

Tabela 2 - Distribuição de feminicídios nos bairros de Manaus-AM por zona administrativa

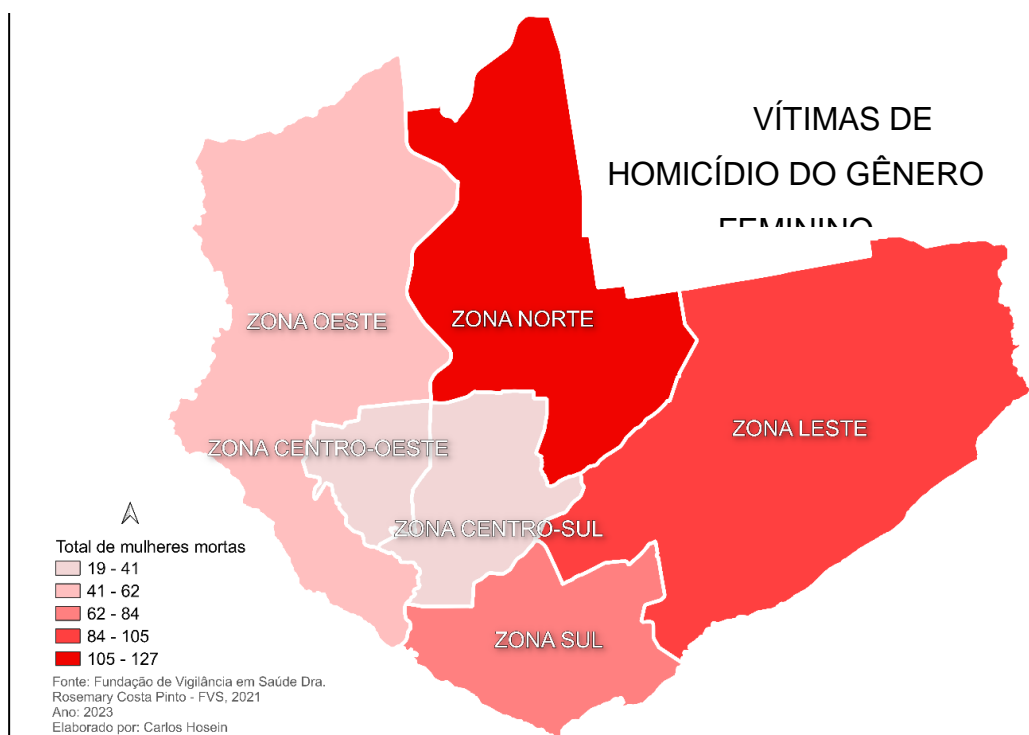
ZONA	BAIRRO	Nº DE ÓBITOS FEMINOS POR AGRESSÃO
CENTRO-OESTE	Alvorada	4
CENTRO-OESTE	Bairro da Paz	5
CENTRO-OESTE	Dom Pedro	2
CENTRO-OESTE	Planalto	1
CENTRO-OESTE	Redenção	1
CENTRO-SUL	Adrianópolis	6
CENTRO-SUL	Aleixo	9
CENTRO-SUL	Chapada	1
CENTRO-SUL	Flores	1
CENTRO-SUL	Nossa Sra.º das Graças	3
CENTRO-SUL	Parque Dez de Novembro	0
CENTRO-SUL	São Geraldo	0
LESTE	Armando Mendes	2
LESTE	Colônia Antônio Aleixo	0
LESTE	Coroadó	1

LESTE	Distrito Industrial II	0
LESTE	Gilberto Mestrinho	2
LESTE	Jorge Teixeira	7
LESTE	Mauazinho	3
LESTE	Puraquequara	2
LESTE	São José Operário	2
LESTE	Tancredo Neves	1
LESTE	Zumbi dos Palmares	6
NORTE	Cidade de Deus	3
NORTE	Cidade Nova	3
NORTE	Colônia Santo Antônio	2
NORTE	Colônia Terra Nova	1
NORTE	Lago Azul	1
NORTE	Monte das Oliveiras	2
NORTE	Nova Cidade	2
NORTE	Novo Aleixo	1
NORTE	Novo Israel	1
NORTE	Santa Etelvina	0
OESTE	Compensa	8
OESTE	Glória	0
OESTE	Lírio do Vale	4
OESTE	Ponta Negra	4
OESTE	Santo Agostinho	1
OESTE	Santo Antônio	0
OESTE	São Jorge	1
OESTE	São Raimundo	0
OESTE	Tarumã	8
OESTE	Tarumã-Açu	0
OESTE	Vila da Prata	0
SUL	Betânia	5
SUL	Cachoeirinha	0
SUL	Centro	13
SUL	Colônia Oliveira Machado	0
SUL	Crespo	2
SUL	Distrito Industrial	3
SUL	Educandos	3
SUL	Japiim	2
SUL	Morro da Liberdade	1
SUL	Nossa Sra. Aparecida	0
SUL	Petrópolis	3
SUL	Praça 14 de Janeiro	3
SUL	Presidente Vargas	0
SUL	Raíz	2
SUL	Santa Luzia	0
SUL	São Francisco	0
SUL	Vila Buriti	0

Fonte: Carlos Hosein (2022)

Para a realização da análise espacial, utilizou-se ferramentas presentes no Geoprocessamento para viabilizar a análise difundida deste fenômeno, a partir da união da área da saúde, da abordagem estatística e os princípios de mapeamento. Para Medronho (1995), o uso dos SIG permitiu aos pesquisadores da área de saúde uma nova maneira de abordagem para trabalhar os dados espaciais, permitindo a realização de tarefas que somente o tratamento estatístico e os pacotes de mapeamento não permitiam, contribuindo, assim para uma melhor compreensão.

Figura 1 - Mapa de vítimas totais de homicídios (feminicídios e não feminicídios) do gênero feminino entre 2016-2021



Fonte: Carlos Hosein (2023).

A figura número 1, mostra de forma geral o mapa da distribuição de todos os casos de “homicídios” do gênero feminino, todas as mortes por agressão sem categorizá-las em feminicídios ou não feminicídios. As zonas Norte e Leste se destacam pela forte densidade de registros de óbitos, variando de 84 casos no mínimo há 127 casos no máximo, podemos associar essa discrepância para com as demais zonas pelo fato de serem as duas zonas com maior densidade demográfica na capital amazonense de acordo com o censo do IBGE (2022); são nestas duas áreas que se concentram a maior parte das zonas periféricas da cidade, e onde a violência urbana ocorre de maneira mais “ativa” se comparada as demais zonas da cidade. Ademais, deve ser levado em conta na análise a questão social em que estão inseridas estas mulheres, suas famílias e a população em geral; os bairros das

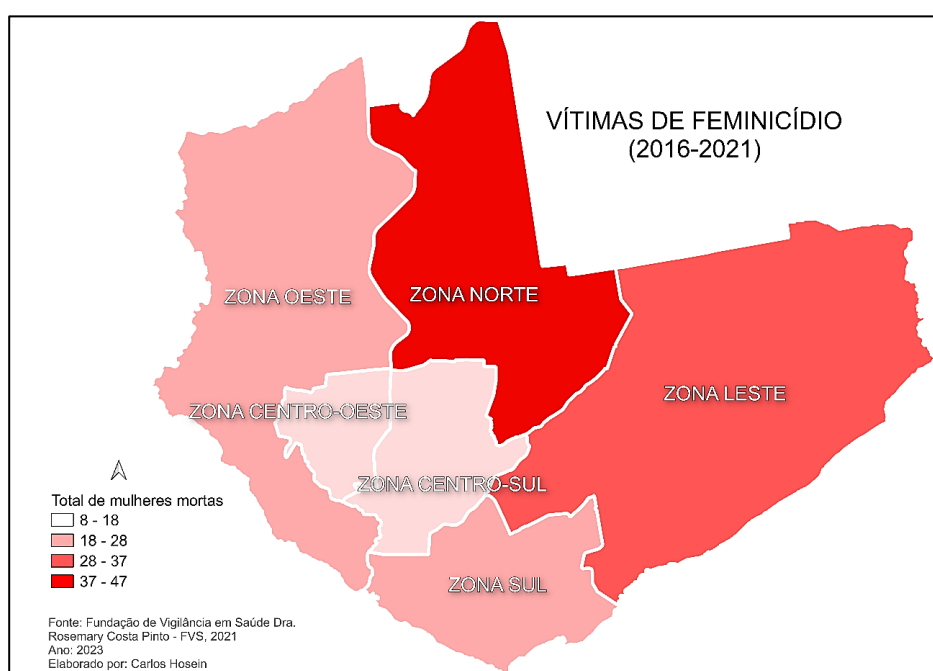
zonas Norte e Leste se encontram em áreas afastadas dos grandes centros de comércio da cidade, além de estarem presentes em áreas em que a infraestrutura e o saneamento básico nos bairros é precário, todos estes fatores ligados corroboram para que a população destas áreas não detenham de um poder aquisitivo ou social que favoreça boas condições para se viver em áreas menos segregadas, e com maior potencial econômico. Para Oliveira (2003), a falta de realização do urbano é um dos fundamentos principais da segregação espacial observada em Manaus, desde os primórdios do auge da borracha, e que comumente ocorre nos dias de hoje, onde a população é “varrida”, expulsa, das áreas centrais da cidade e dispendo apenas dos espaços periféricos, de difícil acesso e com quase nenhuma condição viável para garantia de uma moradia segura.

Fatores como os citados acima, por si só, já demonstram a realidade de muitas das famílias que encontram-se morando nos bairros das zonas Norte e Leste, e são estes fatores que evidenciam a realidade de que as famílias que ali estão, se situam em grande maioria na classe baixa ou até mesmo na situação de pobreza extrema. Devido a isso, antigos costumes patriarcais acabam por se reestabelecer em grande parte das famílias, como o exemplo citado por Veleda (2018), em que a mulher é dona de casa e cuidadora da prole e o homem o “chefe de família”. Tais práticas, acabam por fim levando a mulher ao estado de dependência onde ela torna-se submissa ao companheiro, que em muitos dos casos a agride de forma física e psicológica ou até mesmo ao extremo do óbito, por ela não ter realizado tarefas domésticas ou estar cansada para sucumbir aos desejos carnais de seu companheiro. Na visão de Sachs (2017) este cenário se dá pela vulnerabilidade no alicerce econômico da família, “as pessoas que vivem na pobreza extrema são ditas de forma simples, pessoas que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. A vida é uma luta diária até mesmo pela sobrevivência”. Assim, se pode afirmar que as condições de pobreza, a falta de recursos e a falta de acesso a qualidade de vida ocasionam nas famílias de estrutura já comprometidas, um tremor ainda maior e que acaba por ser o estopim de todas as agressões, ocasionando o óbito da mulher.

Enquanto as zonas centrais (Centro-Sul e Centro-Oeste), possuem uma baixa concentração de casos, isso se dá pelo fato de serem duas das zonas de principal área comercial e desenvolvimento da capital, onde se encontram os grandes pontos

comerciais, shoppings, condomínios mais requintados, áreas de lazer, estes fatores fazem com que estas zonas sejam melhores policiadas e recebam maior atenção por parte do poder público, proporcionando também melhor infraestrutura, assim fazendo com que a incidência de violências de modo geral nestas regiões da cidade sejam menores, ocorram com muito menos frequência. Outro ponto a ser levado em conta é o fator populacional, de acordo com os últimos dados da (SEDECTI) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (2021), a população residente nas zonas centrais (Centro-Sul e Centro-Oeste) de Manaus é a menor comparada as demais zonas (Norte, Sul, Leste, Oeste), o fato de a densidade demográfica nestas duas áreas ser menor corrobora num menor número de casos, as ocorrências de agressão e morte do gênero feminino ocorrem com menor frequência, mas isto não significa que elas inexistem.

Figura 2 - Mapa de distribuição de vítimas de feminicídio nas zonas administrativas de Manaus-AM entre 2016-2021



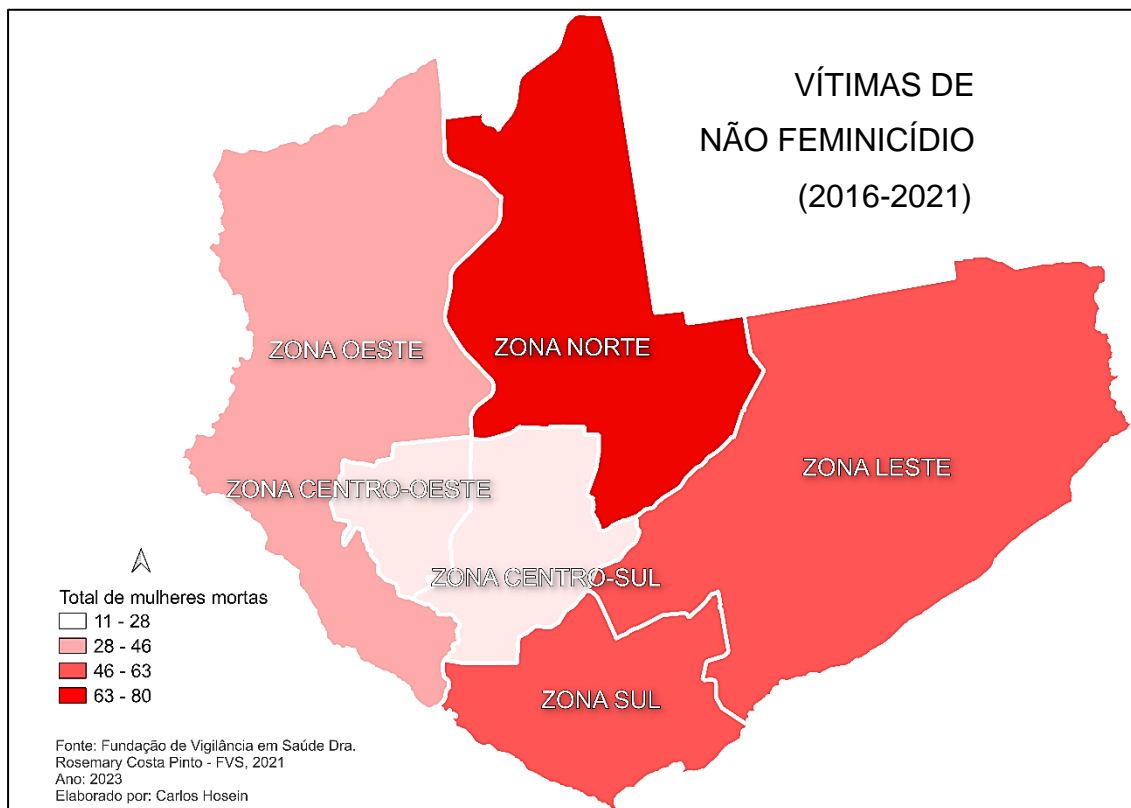
Fonte: Carlos Hosein (2023).

Na figura 2 o mapa é voltado para as vítimas de feminicídio, visualmente logo se destacam mais uma vez as zonas Norte e Leste com o número mínimo de 28 registros de óbitos e 47 registros no máximo, além do que foi analisado e caracterizado na figura 1, outro dos fatores que podem contribuir para essa frequência de registros nas duas zonas é a relação com a violência urbana ser mais acentuada nos bairros situados dentro delas, de acordo com o estudo “Amazonas

em perspectiva – Segurança Pública do Brasil” realizado em conjunto do SSP-AM e a UEA (2017), bairros como o Jorge Teixeira, Cidade Nova, Cidade de Deus e Novo Aleixo possuem alto índice de violência principalmente por conta da concentração do tráfico de drogas que ocupa os bairros destas regiões, assim podendo ser ocasionalmente um dos principais agravantes que contribuem para que as agressões em mulheres sejam mais frequentes nos bairros destas localidades.

Vê-se que nesta análise voltada em específico para o feminicídio, as zonas centrais permanecem com um baixo índice de registros de agressão, porém, as zonas Sul e Oeste registram valores equiparáveis, isto pode estar relacionado a fatores de infraestrutura nos bairros dessas localidades, visto que, segundo relatos da própria população ao Jornal Acrítica em 2022 os bairros das Zonas Sul e Oeste possuem um baixo nível de infraestrutura e um alto índice de violência pela ausência de medidas de segurança pública, mais especificamente os bairros Japiim I e II, Cachoeirinha e Coroadó. Além disso, segundo dados da (SEJUSC-AM) Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (2019), de janeiro a julho de 2019 foram registrados um aumento de 20% nos crimes contra mulheres nas Zonas Sul e Oeste de acordo com os registros da Secretária de Segurança Pública do Amazonas, ou seja, este aumento de 20% registrado impactou diretamente a população feminina que reside nos bairros destas duas zonas, o que implica dizer que dentro destes 20% é provável que haja vítimas classificadas e não classificadas de feminicídio.

Figura 2 - Mapa de distribuição de óbitos femininos classificados como não feminicídios nas zonas administrativas de Manaus-AM entre 2016-2021



Fonte: Carlos Hosein (2023).

A figura 3 representa o gráfico dos óbitos por agressão classificados como não feminicídios, é possível notar um aumento significativo de óbitos femininos por agressão na zona Sul, isto, de acordo com dados verificados no banco de dados do SSP-AM (2019), este crescente de casos foi reflexo do aumento de 20% da violência contra as mulheres no ano de 2019. Segundo dados da Polícia Civil em conjunto com o SSP-AM, em 2019 somente nos três primeiros meses do ano foram contabilizados 1.270 registros de casos de violência doméstica, um aumento de 73% se comparado ao ano de 2018 durante o mesmo período, tais dados revelam que este aumento significativo de 73% está diretamente ligado a violência contra as mulheres que residem na zona sul, visto que se equipararmos as demais análises, onde a qualificadora de feminicídio é caracterizada, os números são significativamente menores e não se equiparando de modo algum com o que é notado nas zonas de maior frequência, que são as zonas Norte e Leste.

Partindo para a análise espacial da totalidade dos registros encontrados, é perceptível a alta incidência de óbitos nas zonas Norte (127 casos de óbitos registrados em totalidade) e Leste (96 casos de óbitos registrados em totalidade), ambas são zonas de maior densidade demográfica e que são fortemente impactadas pela violência urbana, incluindo o tráfico de drogas ilícitas. Outro fator que ocasiona este aumento significativo nos óbitos por agressão aos corpos femininos nestas zonas é a violência patrimonial, onde a mulher encontra-se na situação de completa dependência financeira e ela acaba por aceitar e permitir que as agressões continuem somente por estar dominada pelo medo de perder sua moradia, muitas das vezes até mesmo os filhos. Ao reduzir a escala de Área para Bairro, três bairros se destacam com elevada incidência de óbitos no período de 2016 a 2021, sendo eles: Cidade de Deus com 25 registros, Jorge Teixeira com 26 registros e Novo Aleixo com 36 registros; todos são bairros que se localizam nas zonas norte e leste da cidade de Manaus. As zonas centrais (Centro-Sul e Centro-Oeste), possuem menor incidência de óbitos, 62 em sua totalidade, e a zona em que nota-se um determinado padrão é a zona Sul, seguindo a classificação de feminicídios presumíveis e de mortes de mulheres em geral é a zona em que se segue uma linha de ocorrência bem abaixo das zonas Leste e Norte, porém, ao olhar para os feminicídios não presumíveis nota-se que a zona Sul está em equivalência de casos para com a zona Leste muito por conta das fatalidades geradas por conta das relações de crescimento da violência de gênero registrados em 2019 e pela infraestrutura precária presente nos bairros.

A análise espacial torna-se importantíssima no viés de prevenção para futuros casos, visto que está é uma análise em que se notam pontos específicos em que há maiores registros de ocorrências que devem ser levados em conta como alarmantes, mas que também registra ocorrências em menor escala, o que possibilita uma rápida ação preventiva podendo haver maior êxito na conscientização contra a violência diante das mulheres nestes bairros.

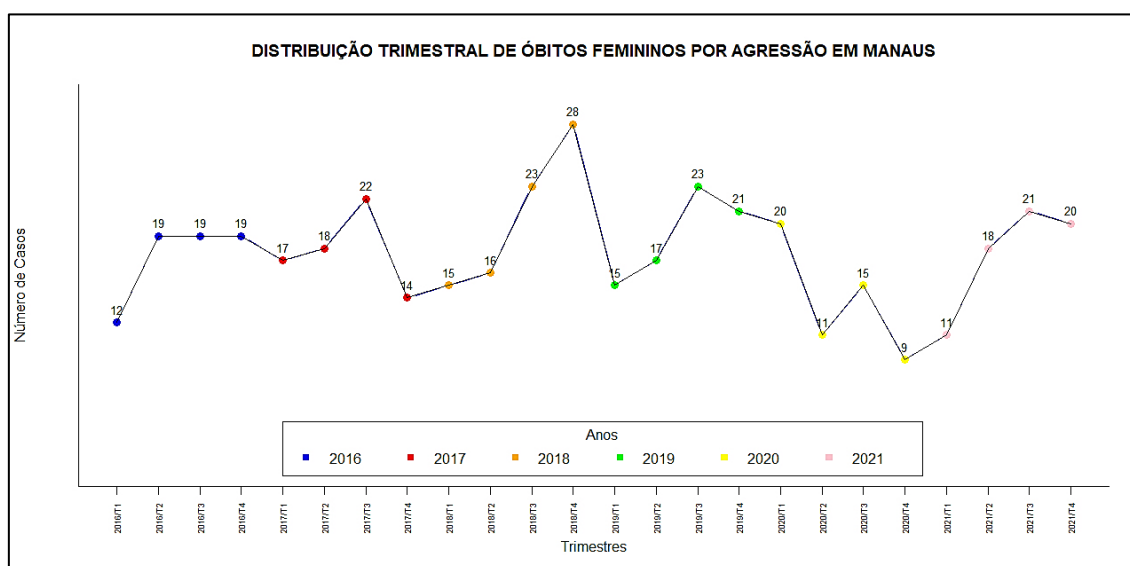
Tendo em vista que se realizou a exploração dos dados a partir da espacialização dos óbitos, e que também se realizou uma análise das relações das características e dos fatores que envolvem as agressões femininas, vê-se a necessidade de analisar a evolução ou regressão e o comportamento anual dos casos de violência de gênero contra a mulher, o feminicídio.

3.3. Óbitos Femininos e os casos de agressão de mulheres na cidade de Manaus-AM

A análise de evolução temporal e de série histórica são abordagens fundamentais para compreender tendências e padrões ao longo do tempo em diferentes áreas, neste caso em especial a relação das áreas da Geografia e da Saúde nos permite obter a análise da série histórica de óbitos femininos por agressão, através dos componentes estatísticos, espaciais e temporais trabalhados pela Geografia dentro das ferramentas de SIG, e pelo fenômeno de mortalidade femininas por agressão caracterizando o componente da área de saúde.

No que se refere desta relação Geografia e Saúde, FITZ (2008, p.108) alega que “o geoprocessamento é entendido como uma técnica, por meio da utilização do SIG, que busca a realização de levantamentos, análises e cruzamentos de informações georreferenciadas”. Dito isso, tendo o apoio da cartografia para manipulação dos dados e assim transcrevê-los de forma que se permita entender a relação espacial e epidemiológica, possibilita a realização de análise por meio de gráficos de frequências temporais.

Figura 3 - Série histórica de óbitos femininos por trimestres 2016-2021



Fonte: Carlos Hosein (2023)

A análise dos dados trimestrais da série histórica, revela que os picos mais elevados de agressão ocorreram nos trimestres T11 (23 registros), T12 (28 registros) e T15 (23 registros), estes picos de agressão seguido de óbito está ligado diretamente ao índice de incidência criminal da cidade de Manaus. Segundo dados

disponibilizados pelo SSP-AM na plataforma de dados referente a segurança pública no estado do Amazonas, a capital amazonense registrou altíssimos níveis de violência entre os anos de 2018 e 2019, o ano de 2018 registrou em totalidade 892 casos de homicídio, enquanto o ano de 2019 registrou 839 casos de homicídio no total; a partir destes dados elevados de violência urbana, nota-se que estes extremos (óbitos) tiveram impacto direto também na população de mulheres manauaras, caracterizando assim a violação de seu espaço enquanto corpo e apropriação destes corpos por parte de terceiros (agressor), ultrapassando a fronteira do “Eu e o Outro” e não respeitando o controle moral e a legitimação da mulher sobre seu próprio corpo, como o autor Smith (1992) enfatiza, o lugar do corpo delimita a fronteira entre o Eu e o Outro no sentido físico e social, além de envolver a construção de seu próprio espaço.

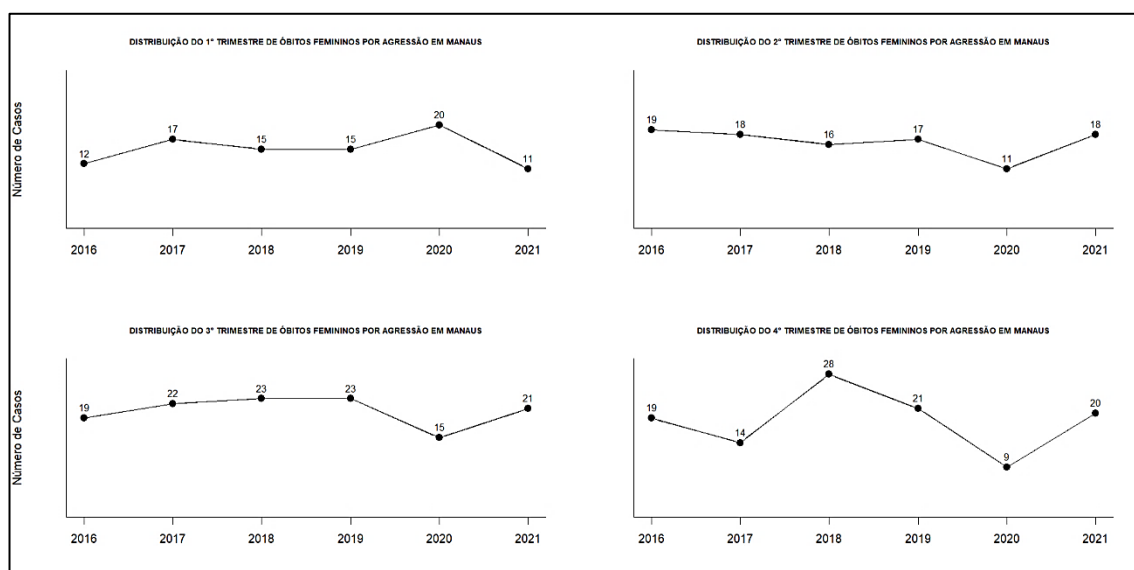
Outro fator que podemos destacar como contribuinte ativo nestas mortes foram os confrontos entre facções criminosas que foram fortemente intensificados no ano de 2018 devido ao desejo por “domínio” de território das grandes facções dentro da capital amazonense.

Além das altas taxas, há a ocorrência de um padrão nas ocorrências desde o primeiro registro no primeiro trimestre em 2016 (T1) até o registro do segundo trimestre de 2018 (T2) onde o número de óbitos femininos por agressão não sofreu alterações substanciais, número mínimo de registros 12 e máximo de 22, se comparados aos 3 mais elevados. Porém, é válido associar que estes valores abaixo do padrão podem ser apenas ilusórias para com a realidade, de forma que muitos dos registros possam não estar com a qualificadora correta ou até mesmo haver a falta destes registros pelo baixo índice de denúncias ocorridas neste período, o que fica claro se olharmos para a diferença substancial de um aumento de 73% de números de registros de denúncias e casos de violência contra a mulher na comparação dos anos de 2018 para 2019, dados estes coletados pelo SSP-AM (2019).

Em contrapartida aos dados que sucedem padrões regulares e padrões elevados, vê-se que a partir do pico de 28 registro em 2018 ocorreu uma queda substancial para 15 registros (T13) no ano de 2019 e logo em seguida os números começam a se elevar novamente de maneira gradativa. Esta oscilação de queda acentuada nos casos seguida de uma elevação simultânea, se dá por conta do

período pandêmico em que a população global esteve inserida; com o surgimento da COVID-19 no Brasil e no estado do Amazonas, foram tomadas medidas protetivas onde a principal delas fora a reclusão social. Este isolamento possibilita/possibilitou a aproximação diária entre a vítima e o agressor, ou seja, muitas relações abusivas e com históricos de violência doméstica acabaram por ter estas ocorrências intensificadas e assim ocasionando o extremo da violência contra os corpos femininos. Em dados obtidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública observou-se que no Brasil, durante o contexto pandêmico no ano de 2021, 4,3 milhões de mulheres brasileiras com faixa etária de 16 anos ou mais, foram agredidas com socos, chutes, empurrões ou tapas. Diminuindo o campo de análise e voltando o olhar para a metrópole manauara, nota-se que de fato tais agressões aumentaram e refletiram diretamente na população feminina manauara.

Figura 4 - Gráficos de análise anual por trimestres 2016-2021



Fonte: Carlos Hosein (2023).

A análise de frequências trimestrais por ano agrupou os registros de cada trimestre 1º, 2º, 3º e 4º de forma que cada gráfico se refere a um dos trimestres em cada ano. A partir das evidências em análise, compreende-se que o 3º trimestre apresentou a maior taxa de mortalidade feminina por agressão, com média de 20,5 óbitos em todos os anos, visualmente é verificado que durante os meses de julho, agosto e setembro existe um padrão retilíneo em que os números de casos de óbitos femininos por agressão não se diferem de forma substancial. Entretanto, no 4º trimestre é observado muita oscilação ano a ano, onde nota-se o maior número (28

registros) e o menor número (9 registros) de ocorrências, padrões que inexistem nos demais trimestres, e que por si só chama a atenção e exige que estudos futuros possam contribuir para entender os motivos que levam a ocorrer muitos ou poucos óbitos femininos neste período em todos os anos.

Diferentemente dos trimestres 3 e 4, que possuem médias altas e oscilantes respectivamente, os dados encontrados no período indicado ao 2º trimestre mostra que este é onde ocorrem a menor média de óbitos femininos por agressão durante os anos, com uma média de 16,5 óbitos femininos por agressão este se caracteriza como o período em que a violência contra as mulheres ocorre com menor frequência, mas que ainda sim deve ser combatida e evidenciada para que essas taxas possam ser reduzidas e assim as mulheres manauaras estejam cada vez mais seguras e amparadas pelo Estado.

Ao analisar a evolução espaço-temporal (2016-2021) dos casos de violências de gênero e índices de mortes por agressões em mulheres na cidade de Manaus-AM, evidenciando o número de registros anualmente por trimestres de formas que estes foram analisados separadamente e por meio de agrupamento. Espera-se que estes resultados possibilitem a leitura dos períodos acentuados em que ocorre a violência e agressão contra a mulher seguida de morte, possibilitando a prevenção e identificação destes por parte do Estado e das autoridades competentes.

O entrelaçamento dos elementos aqui presentes revela padrões intrigantes e mostram detalhes significativos, ao unificar o arcabouço teórico com os resultados obtidos, dá-se origem a uma compreensão mais profunda a respeito do fenômeno de violência de gênero contra as mulheres, o Femicídio. As discussões aqui realizadas fomentam não apenas respostas ou apontamento dos problemas que envolvem o fenômeno estudado, mas também apontam para futuros estudos que podem ser realizados a partir dos resultados encontrados e assim elevar categoricamente para além do micro (Manaus-AM) para o macro (os demais Estados brasileiros). Assim, podendo ampliar as discussões para novos estudos, espera-se que os potenciais de tais análises contribuam nas abordagens futuras e nas práticas de melhoria ou complemento das políticas públicas que envolvem o feminicídio e o espaço da mulher na sociedade.

A análise em caráter temporal a partir dos trimestres, revela que em determinados períodos (trimestres) do ano, as agressões seguidas do óbito feminino

se intensificam, o que causa o questionamento para entender o motivo de ocorrer essa elevação no número de violência de gênero, o que denota a necessidade de haver brevemente um estudo em maior profundidade para compreender as relações que envolvem tais regressões e elevações ao longo de toda a amostragem de dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo, evidenciar os casos de feminicídio ocorridos na metrópole amazonense, levando em conta as mulheres com faixa etária mínima de 10 anos e os óbitos de violência de gênero registrados dentro das zonas administrativas presentes na malha urbana do município de Manaus,

Saliento que este estudo buscou analisar de forma Espacial, Temporal e Descritiva, os óbitos femininos ocorridos na cidade de Manaus, levando em consideração os registros obtidos dentro do projeto do Laboratório LEGEPI da Fiocruz-Amazônia, nas mídias jornalísticas on-line e dados categóricos da FVS-RCP.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG), é essencial na espacialização dos casos de feminicídio, assumindo que este dispõe de softwares e dispositivos que possibilitam agregar os dados obtidos e torná-los visíveis dentro do espaço geográfico, em específico no município de Manaus.

O QGIZ como multiplataforma de sistema de informações geográficas, permite a partir dos dados georreferenciados a visualização destes, e assim distribuí-los espacialmente de acordo com a localização exata, oferecendo assim uma compreensão na dinâmica dos feminicídios dentro da metrópole amazonense, corroborando na identificação de áreas com maior potencial de possíveis ocorrências futuras.

Dada a importância do SIG e QGIZ, notou-se que os mapas e dados gerados pelas ferramentas geográficas evidenciam o comportamento espacial das mortes femininas por agressão de gênero, possibilitando visualizar que as zonas de maior incidência nos registros deste tipo de violência interpessoal, são as zonas Norte e Leste. E a partir da análise da geografia urbana e histórica dos bairros da metrópole manauara, vê-se que os fatores impostos as populações residentes nestas áreas impactam diretamente as mulheres vivem nestes locais.

A ausência de infraestrutura adequada, fatores socioeconômicos como renda mensal baixa, falta de policiamento, a própria violência urbana presente através do

narcotráfico, as taxas de desemprego que desencadeiam na dependência financeira destas mulheres com seus parceiros e assim gerando total vulnerabilidade destas; todos estes compostos interligados, corroboram num ambiente em que a mulher acaba estando mais exposta ao agressor e a sofrer tais agressões de maneira deliberada e sem interrupção familiar ou da vizinhança, ocasionando assim os números agravantes deste grave problema de violência de gênero.

A análise realizada estatisticamente através do Software R, auxilia na análise temporal e visualização do comportamento de regressão, progressão ou comportamento estacionário dos óbitos femininos por agressão. Desta forma, podendo ajudar na identificação de padrões de ocorrência dentro de cada trimestre dos anos.

A utilização do software estatístico R, possibilitou visualizar o comportamento dos feminicídios e não feminicídios agrupados, dentre os anos de análise (2016-2021) e da divisão dos 24 trimestres presentes. Nota-se que os registros de violência extrema contra as mulheres, evoluiu de modo significativo ao longo do período de análise, seguido de um curto período estacionário e de regressão após o maior número de registros.

O primeiro registro no trimestre de 2016 foi de 13 casos de óbitos femininos por agressão, seguindo um padrão (n° de registros: 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 22) com pouca variância até o segundo trimestre de 2018, porém, o terceiro trimestre do ano de 2018 registrou o maior número de óbitos femininos durante toda a análise, totalizando 28 óbitos femininos por agressão, quase o triplo do primeiro registro em 2016 e quase o dobro dos anos anteriores.

Após este padrão estacionário seguido de um pico de progressão, verificou-se que dentre os anos de 2019 e 2021 os números de registros concentraram-se próximos e altos (n° de registros: 15, 17, 18, 21, 20 e 23).

Porém, no período do 4^o trimestre de 2019 até o 1^o trimestre de 2021 o número de registros de óbitos femininos por agressão regrediu de maneira acentuada (n° de registros em ordem de regressão: 21, 20, 11, 15, 9, 11). Tal regressão deveria ser considerada um ponto positivo, porém, se fosse uma regressão efetiva; mas, segundo os dados da Polícia Civil e da Delegacia da Mulher durante este período de fim de 2019, o ano de 2020 e início do ano de 2021, o número de denúncias e de registros de violência contra a mulher decaiu de forma

acentuada, e isto está associado diretamente ao período pandêmico em que o Brasil e o Amazonas vivenciaram, onde uma das medidas protetivas da COVID-19 era a reclusão e isolamento social, onde muitos órgãos também encontraram-se em período de recesso e por conta disso muitos dos registros não foram contabilizados, ou seja, a pandemia da COVID-19 exerceu sobre o números de registros uma influência negativa, impossibilitando que os dados obtidos fossem fielmente condizentes com a realidade.

Ressalvo que este estudo pode servir como auxílio para trabalhos futuros na análise de dados espacializados de violência e saúde, bem como na criação de medidas preventivas ou ações de caráter governamental dentro das zonas previamente estudadas e que demonstram a necessidade de estudos mais aprofundados no futuro no combate à violência de gênero, em especial os feminicídios.

REFERÊNCIAS

- ALABASTA (temporada 4, ep. 129). One Piece [Anime]. Direção: Eichiro Oda. Produção: Toei Animation. Japão: Toei Company, 2000. 1 DVD (10:50 min.), son., color.
- AMARAL, R. C. B.; LIMA, D. R. JUDITH BUTLER SOBRE O GÊNERO: AS PERFORMANCES E OS CORPOS ESTRANHOS. *Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, v. 14, n. 36, p. 444-463, 2022.
- AZUAGA, F. L.; SAMPAIO, B. Violência Contra Mulher: O Impacto da Lei Maria da Penha sobre o Femicídio no Brasil. [s.l: s.n.].
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BITTENCOURT, N. A. Movimentos Feministas. In *SURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, v. 1, n. 1, p. 198–210, 2015.
- Blog. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/blog>>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BRAGIONI, G. L. L.; ARAÚJO, M. Corpo e espaço: uma reflexão dialética acerca do objeto de estudo da geografia. *Revista Geografia Literatura e Arte*, v. 2, n. 2, p. 49-64, 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Disponível em: Acessado em: 17 out. 2022.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 340 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) ISBN 85-334-0977-X 1. Violência. 2. Problemas sociais. 3. Saúde pública. I. Título. II. Série.
- BRETON, David Le. A Sociologia do Corpo. 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes: Rio de Janeiro, 2007.
- CAMPOS, M. P. DE; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. ‘Teu corpo é o espaço mais teu possível’: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 31, p. 101–114, 2021.
- CARDOSO, P. V. et al. A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE ESPACIAL PARA TOMADA DE DECISÃO: UM OLHAR SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19. *Revista tamoios*, v. 16, n. 1, 2020.
- DE ARAÚJO NETO EDWIRDE LUIZ SILVA, J. F. Estatística Descritiva e teste qui-quadrado aplicados a acidentes de trânsito ocorridos em rodovias federais na Paraíba em 2012. *Revista de Estatística UFOP*, v. III, p. 6, 2014.
- DE OLIVEIRA, C. F. S. DO PENSAMENTO FEMINISTA AO CÓDIGO PENAL: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA LEI DO FEMICÍDIO NO BRASIL. Salvador: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2017.
- DE PAULA, L. A. C. (2020). A geografia como ciência feminista: contextos e desafios de geógrafas brasileiras. *Geografia em Atos* (online), 3(18), 206–209. <https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.8002>

DOS SANTOS, R. C. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM OLHOS D'ÁGUA, DE CONCEIÇÃO EVARISTO. *Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 32, p. 167–180, 2020.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Elefante ed. São Paulo: Tradução: Coletivo Sycorax, 2017.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero.” *Doxa Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, v. 19, n. 1, p. 51–61, 2017.

FITZ, P.R. *Cartografia Básica*. – São Paulo: Oficina de Textos, 2008a.

FITZ, P.R. *Geoprocessamento sem complicação*. – São Paulo: Oficina de Textos, 2008b.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2020. Disponível em: . Acesso em: 14 dez. 2022

FROTA LOUREIRO, Y. Femicídio/feminicídio: Origem e estatísticas oficiais. *Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará*, v. 12, n. 1, 2020.

Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças/Joseli Maria Silva; Marcio Jose Ornat; Alides Baptista Chimin Junior (Org.). Ponta Grossa: Todapalavra, 2016. 272 p.; il.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GODOY, L. P.; FERREIRA, J. M.; ALMEIDA, S. G.; GODOY, T. P.; EVANLEGISTA, M. L. S. Uma análise da satisfação dos consumidores da feira de economia solidária de Santa Maria. *Periódico da área de Engenharia Industrial e áreas correlatas*. Florianópolis, SC, Vol. 2, n. 2, p. 14 - 17, Dez. 2010.

HARION. Lélia Gonzalez - Por um feminismo afro-latino-americano - *Literatura Afro-Brasileira*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/24-textos-das-autoras/1445-lelia-gonzalez-por-um-feminismo-afro-latino-americano>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial / organização Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva. Ponta Grossa, Toda palavra, 2011. 30 p. 1. Geografia – gênero e sexualidade. I. Silva, Maria das Graças Silva Nascimento. 2. Silva, Joseli Maria. III. T.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias Urbanas. In: *Arqtextos Revista Vitruvius*, 2008. Disponível em:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>, acesso em: 22 de nov. de 2023.

KNOPP, Larry. Ontherelationshipbetween queer andfeministgeographies. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 47-55, 2007.

KONDER, Leandro O que é dialética / Leandro Konder. — São Paulo : Brasiliense, 2008. — (Coleção Primeiros Passos : 23).

KOSIK, Karel. 1926; K88d – Dialética do concreto; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Do original tcheco:

Dialektikakonkrétniho. Bibliografia. 1. Filosofia tcheca. 2. Marxismo. 3. Materialismo dialético. I. Título. II. Série.

L13104. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 7 fev. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos I Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 7. ed. - 2. reimpr. -São Paulo : Atlas, 2008.

LAURETIS, Teresa de. Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LAVINAS, Lena. "Gênero, Cidadania e Adolescência". In: MADEIRA, Felícia (org.). Quem Mandou nascer mulher. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

LIMA, Á. D. M.; AMORA, Z. B. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. Espaço Aberto, v. 2, n. 2, p. 51–72, 2012.

LORDE, A. PDF Adapted for IB English Use, 2020-2021. Disponível em: <https://rhinehartibenglish.weebly.com/uploads/2/2/1/0/22108252/sister_outsider_audrey_lorde_ib_pdf_packet.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.

LOURO, Maira. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 38, P.XX-XX, JUL./DEZ. DE 2015.

MCDOWELL, Linda. Gender, identity and place: understanding feminist geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MEDRONHO, R. A. Geoprocessamento e saúde: uma nova abordagem do espaço no processo saúde-doença. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 1995.

MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. P. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 9, p. 3077–3086, 2017.

MONK, Janice; HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. The Professional Geographer, v. 34, n. 1, p. 11-23, 1982.

MORAIS, J. M. de, & Souza, V. C. de. (2022). A abordagem de gênero e o ensino de geografia: possíveis diálogos com a formação de professores/as. Geografia Ensino & Pesquisa, 26, e20. <https://doi.org/10.5902/2236499465813>

MORAIS, J. M. DE; SOUZA, V. C. DE. A abordagem de gênero e o ensino de geografia: possíveis diálogos com a formação de professores/as. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 26, p. e20, 2022.

MOREIRA, M. F. MULHERES SEM-TETO E A GEOGRAFIA DA FAMÍLIA: RELAÇÕES INTERDOMÉSTICAS, GÊNERO E RECIPROCIDADE. Espaço e Cultura, n. 38, p. 85–122, 2015.

MOREIRA, O. M. O gênero para a geografia: Por uma ciência feita com, por e para mulheres. Revista da ANPEGE, 2022.

NASCIMENTO, E.; GONÇALVES DOS SANTOS, R. Corpo-espaço cidade-corpo: possibilidades de urbanografias na cidade habitada. PIXO - Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade, v. 1, n. 2, 2017.

NETO, J.F.A.; SILVA, E.L. (2014). Estatística Descritiva e teste qui-quadrado aplicados a acidentes de trânsito ocorridos em rodovias federais na Paraíba em 2012. Revista de Estatística UFOP, III, 6.

OLIVEIRA, A. D. M.; AMORA, Z. B. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. Espaço Aberto, v. 2, n. 2, p. 51–72, 2012.

ORELLANA, J. D. Y. et al. Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro. Cadernos de saúde pública, v. 35, n. 8, 2019.

ORELLANA, J. Violência contra mulheres - O caso de Manaus e sua relação com o dezembro mais letal da história - Amazônia Real. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/violencia-contra-mulheres/>>. Acesso em: 8 2022.

ORNAT, M. J. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. Terr Plural, v. 2, n. 2, p. 309–322, 2008.

PENSO, J. M.; PÉRICO, E. Análise Espaço-Temporal da Mortalidade por Diabetes Mellitus no Rio Grande do Sul (Health geography contribution to the analysis of diabetes mellitus mortality in Rio Grande do Sul). Revista Brasileira de Geografia Física, v. 9, n. 6, p. 1836, 2016.

PONTE, S. V. LIMITES E POSSIBILIDADES DA LEI DO FEMINICÍDIO ENQUANTO MEDIDA CONCRETIZADORA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA. FORTALEZA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 25 fev. 2019.

REIS, M. L. ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. Espaço e Cultura, n. 38, p. 11–34, 2015.

RIBEIRO, M. I. C. GEOTECNOLOGIAS, GEOGRAFIA E CRIME: ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA ÁREA URBANA DE PORTO VELHO – RONDÔNIA. Porto Velho: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, 2014.

RIZZATTI, M. GEOPROCESSAMENTO APLICADO À GEOGRAFIA DA SAÚDE: ANÁLISE DOS ÓBITOS POR COVID-19 NA ÁREA URBANA DE SANTA MARIA/RS, EM 2020. Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

RODRIGUES, A. S. C. (2016). FEMINICÍDIO NO BRASIL: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero. Volta Redonda. Universidade Federal Fluminense.

RODRIGUES, A. S. C. FEMINICÍDIO NO BRASIL: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero. Ceará: [s.n.].

ROICHMAN, C. B. C. Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil. Revista Katálysis, v. 23, n. 2, p. 357–365, 2020.

ROSA, A. H. A geografia do crime: Territorialização dos principais crimes e a influência do comércio ilegal, no tráfico e no consumo de drogas na cidade de Catalão (GO). Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade; prefácio [de] Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SANTIAGO, M. V. P. PANORAMA DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTO VELHO/RO À LUZ DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. Porto Velho: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, 2020.

SANTOS, R. A. DOS. Mulheres e Geografia – reflexões pertinentes? *Geografia em Atos (Online)*, v. 3, n. 18, p. 227–242, 2020.

SANTOS, Roselí Alves dos. Mulheres e Geografia – Reflexões Pertinentes? *Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)*, v. 03, n. 18, p. 227-242, maio-ago, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v3i18.7965

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: inspiração e técnica na análise de dados. *Revista-Latino Americana de Geografia e Gênero*, v.7, n.1, p. 132- 154, 2016.

SILVA, J. M. Gênero e espaço: Esse é um tema de geografia? In: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso (org.). *Ensino de geografia: novos temas para a geografia escolar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 97-125.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009c. p. 93-113.

SILVA, Joseli Maria, ORNAT, Marcio Jose, CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Org.). *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Toda palavra, 2014, p. 60-98.

SILVA, Suzana Maria Veleda. ALMEIDA, Andresa Cristiane Colvara. A inserção de mulheres na indústria de construção naval e off-shore em Rio Grande-RS: a relação com o sindicato. *Revista Pegada*. Vol. 16, n. 2, 2015.

SIMON, C.R. Femicídio epistemológico: práticas misóginas na geografia. Terra Livre, [S.l.], v. 2, n. 57, p. 166-189, [2021]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2289>.

SMITH, Neil. Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geo-graphical scale. Social Text, n. 33, p. 55–81, 1992.

SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e gênero/ geografia feminista - o que é isto?. In: Boletim Gaúcho de Geografia, 1998, vol. 23, p. 105-120.

VIDAL, Victória Caroline; ALVES, Rahyan de Carvalho; FRANÇA, Iara Soares de. Da luta feminista aos estudos de gênero: breve reflexão sobre a importância dessa categoria no ensino de Geografia e no combate à violência contra mulher. Revista Geografia em Atos, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, e023012. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2023.9592>